

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2025
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO Nº 003339/2025 – SMSA

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 292.641,40 (duzentos e noventa e dois mil e seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos).

Data do Pregão e Horário da Disputa de Preços:

10/06/2025 às 09:30 horas (horário de Brasília - DF)

Critério de Julgamento das Propostas:

Menor Preço por ITEM

Modo De Disputa:

ABERTO / FECHADO

Demais Informações:

E-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br

Contato Telefônico: (95) 3621-1755/1770

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a realização da licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo critério de julgamento das propostas será: **MENOR PREÇO por ITEM**, a ser realizada as **09:30 horas** (Horário de Brasília), no dia **10/06/2025**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Municipal nº 049/2024, pela IN SEGES/ME nº 73/2022 (quando a licitação envolver recursos federais oriundos de transferências voluntárias), e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO SERÁ DESTINADA EXCLUSIVAMENTE ÀS MICROEMPRESAS-ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP, CONFORME DISPOSTO NO ART. 48, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, TENDO EM VISTA QUE O VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO É INFERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL), LIMITE ESTABELECIDO NA REFERIDA LEI, EM CONSONÂNCIA COM O ITEM 10.7.3 ALÍNEA “A4” DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – A licitação será conduzida pelo (a) **Pregoeiro (a)** do Município de Boa Vista/RR, o (a) Sr (a) **Beatriz da Conceição Bezerra**, designado pelo Decreto n.º 200/P-2025, publicado no DOM Nº 6327 de 09/04/2025, com o auxílio da equipe de apoio **Cláudio Gomes Cardoso e Elton de Azevedo Salvador**, ambos designados pelo (s) Decreto n.º 033 – E/2025, publicado no DOM nº 6032, de 16/04/2025, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos, por meio de Sistema Eletrônico www.gov.br/compras.

2 – OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2.2 A licitação será realizada **em ITENS**, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3 – ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível nos sítios eletrônicos: www.gov.br/compras; <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes>; e www.gov.br/pncp.

4.1.1 – Os licitantes e demais interessados deverão acompanhar o andamento da licitação e as devidas publicações nos sítios eletrônicos: www.gov.br/compras e www.gov.br/pncp; no Diário Oficial da União (DOU); no Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM); e no Jornal Folha de Boa Vista <https://www.folhabv.com.br>; com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2 – Qualquer pessoa é parte legítima para IMPUGNAR este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar ESCLARECIMENTO sobre seus termos, devendo **protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**, de forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br.

4.2.1- A inobservância do prazo legal citado no subitem 4.2 decairá o direito de impugnação e do pedido de esclarecimentos aos termos deste edital.

4.3 - A **resposta** à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Diário Oficial da União (DOU); Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM); e no Jornal Folha de Boa Vista <https://www.folhabv.com.br>; e no chat de mensagens/quadro informativo do **sistema compras.gov.br**, no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada **pelo(a) Pregoeiro(a)**, nos autos do processo de licitação.

4.5 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento se tratar especificamente de temas alheios a competência **do (a) Pregoeiro (a)**, ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao Termo de Referência, este poderá encaminhar o referido pedido à Secretaria Demandante para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, devendo respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso **Sine-Die**, até que os questionamentos sejam sanados.

4.6 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.7 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no **subitem 4.2** deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação: Pessoa jurídica; Profissionais organizados sob a forma de Cooperativa, nos termos do artigo 16, da Lei nº 14.1333/2021; Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações; cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras);

5.1.1 – Será admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



5.1.2 – Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.1.3 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.1.4 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.1.5 – A não observância do disposto no **subitem 5.1.4** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.1.6 - Será concedido tratamento favorecido e diferenciado para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

5.1.7 - Será concedido tratamento diferenciado e favorecido para as Microempresas - ME Empresas de Pequeno Porte-EPP, conforme as disposições constantes na Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, desde que observado:

a) se o valor estimado da licitação não ultrapassa a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte- EPP (art.4º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);

b) se as Empresas de Pequeno Porte - EPP, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte-EPP (art.4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021).

5.1.7.1 - Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nas alíneas “a” e “b”, do item 5.1.7.

5.1.8 - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;

h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

j) constituída sob a forma de sociedade por ações.

k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do artigo 9º, da Lei nº 14.133, de 2021;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

j) Pessoas jurídicas reunidas em **consórcio**, conforme justificativa acostada no **item 10.7.1 e alínea “a” do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, fulcrada no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

k) Que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;

l) Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, tendo em vista que o valor estimado do **item** é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (artigo 4º, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021);

m) Pessoa(s) **Física(s)**, conforme justificativa apresentada no **item 10.2 e alínea “a” do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**.

n) Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

o) empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.1 - O impedimento de que trata a alínea “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



5.2.2 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as **alíneas “b” e “c”** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.2.3 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

5.2.4 - O disposto nas **alíneas “b” e “c”** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.2.5 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2.6 - A vedação de que trata a **alínea “h”** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.3 – A observância das vedações constantes no **item 5.2**, suas alíneas e subitens é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.1.1 - Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta **com o preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.2 - inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de ocorrência impeditiva;

6.2.3 – cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

6.2.4 - está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

6.2.5 – observa os incisos III e IV, do artigo 1º e cumpre o disposto no inciso III, do artigo 5º, todos da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano e degradante;

6.2.6 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.2.7 – cumpre a reserva de cargos prevista em Lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



6.3 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 - O fornecedor **enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo apto a usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como de que não possui contratos com a Administração Pública cujo os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4.1 - no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.4.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.5 - A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.2 e 6.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

6.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.9 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.10 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.11.1 – valor total **do ITEM**;

6.11.2 – Marca, conforme **item 6.7 e subitem 6.7.2 do** Termo de Referência - ANEXO I deste Edital.

6.11.3 – Descrição detalhada do Objeto.

6.11.4 -Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.12 - O licitante não poderá oferecer proposta em **quantitativo inferior** ao máximo previsto para contratação conforme **item 13.4** do termo de referência anexo I deste Edital.

6.13 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.14 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.15 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



6.16 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.17 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.17.1 - O prazo de validade da proposta será de no mínimo **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação (art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.2 - A proposta que não apresentar o prazo de validade, será considerada válida por no mínimo **60 (sessenta)** dias.

6.17.3 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.17.3.1 – Considerando que o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.18 - Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.

7.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **(a) Pregoeiro (a)** e os licitantes.

7.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 - O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do ITEM**;

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **ITEM**.

7.8.1 - Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.

7.8.2 - Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

7.9 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.10 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

7.11 – O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, **no intervalo de quinze segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



7.12– O procedimento seguirá o modo de disputa ABERTO E FECHADO.

7.12.1 – Por se tratar de modo de disputa ABERTO E FECHADO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de **até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.1.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1.3 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1.4 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 - No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do **Pregão**, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato **pelo (a) Pregoeiro (a)** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 - Em relação a itens não exclusivos para participação de **Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.18.1 - Nessas condições, as propostas de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 - Caso a Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



7.18.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado **sorteio** entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5- A obtenção do benefício a que se refere o **subitem 7.18.4** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.

7.19.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado de Roraima;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3 - Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por **sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos do § 2º do artigo 28 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.20 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o **(a) Pregoeiro (a)** poderá **negociar** condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21 - O **(a) Pregoeiro (a)** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie, por meio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, e, se necessário, os documentos complementares.

7.21.1 - É facultado ao **(a) Pregoeiro (a)** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21.2 - Na proposta reformulada deverá constar a mesma marca da proposta eletrônica inicialmente apresentada, sob pena de desclassificação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



7.21.3 - A planilha de composição de preços indicando os quantitativos e custos unitários, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), quando couber, deverá ser encaminhada nos termos do **item 7.21**, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observadas as exigências contidas no **Termo de Referência (ANEXO I – Edital)** e os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

7.21.4 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.22 - Após a negociação do preço, o **(a) Pregoeiro (a)** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.24.2 – Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou por entregas parceladas será concedida a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, adjudicados aos licitantes qualificados como Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme justificativa apresentada pela Secretaria Demandante, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538/2015.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 – Encerrada a etapa de negociação, o **(a) Pregoeiro (a)** verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14, da Lei nº 14.133/2021, demais legislações correlatas, e no **item 5.2** e **subitens** do presente Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, nos termos do artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.2 - A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 - A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada Lei.

8.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o **(a) Pregoeiro (a)** diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

8.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às **ME/EPP's**, o **(a) Pregoeiro (a)** verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado, em conformidade com os **itens 5.1.7** e **6.4** deste Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



8.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o **(a) Pregoeiro (a)** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.6 – Será **desclassificada** a proposta vencedora que, nos termos do artigo 59, da Lei nº 14.1333/2021:

- a)** conter vícios insanáveis;
- b)** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c)** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7 – A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.8 – O **(a) Pregoeiro(a)** poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

8.9 - A inexequibilidade só será considerada após diligência **do (a) Pregoeiro (a)**, que comprove:

- a)** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b)** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10 – Em contratação de **bens e serviços em geral**, além das disposições contidas no **item 8.9 e alíneas**, é indício de inexequibilidade das propostas valores **inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado** pela Administração.

8.11 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.12 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13 – Quando houver necessidade, o **(a) Pregoeiro (a)** encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços e demais solicitadas neste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto à disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada.

8.14 - A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.15 - Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o **(a) Pregoeiro (a)**, verificará a documentação de **habilitação** do licitante conforme disposições neste edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 – Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas pelo licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento. (art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

9.2 - Serão exigidos para fins de habilitação, os documentos previstos **no item 10, subitens e alíneas do Termo de Referência (anexo I deste Edital)** necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.2.2 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.2.1 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.3.1 - Na análise dos documentos de habilitação, **o (a) pregoeiro (a)** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.4 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópias (nos termos do Art. 3º, II da Lei 13.726/2018), bem como os licitantes poderão solicitar à SMLIC nos dias que antecedem a abertura da sessão a certificação “Confere com original” das documentações apresentadas, reservando-se o direito de, a qualquer momento, exigir os originais para comparação e comprovação de sua autenticidade.

9.5 - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação e as demais exigidas neste edital e anexos, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, sob pena de inabilitação (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.6.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não - digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.6.2 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



9.6.3 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.6.4 - A verificação **pelo(a) pregoeiro(a)**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da convocação **do (a) pregoeiro (a)**.

9.7.1 - É facultado ao **(a) pregoeiro (a)** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8 - A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.8.1 - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência (Anexo I deste Edital) somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.9 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, **o (a) pregoeiro (a)** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.7**.

9.10 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata **o subitem anterior**.

9.11 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas - ME e das empresas de Pequeno Porte - EPP somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

9.11.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.11.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.11.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no **subitem 9.11.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º, da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.12 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **matriz**, ou;

b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da **filial**, **exceto** quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para **matriz** e **filiais**, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos **centralizado**, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a **centralização**, ou;

c) se o licitante for à **matriz** e o **executor do objeto** for à **filial**, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da **matriz** e da **filial**, simultaneamente. A mesma situação fica

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



configurada quando o licitante for à **filial** e o **executor do objeto** for a **matriz**, observando-se o disposto na **alínea “a”** deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

9.13 – Quando houver necessidade, o **(a) Pregoeiro (a)** encaminhará os documentos de habilitação à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no **item 10, subitens e alíneas** do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9.13.1 - Após a manifestação da Secretaria demandante, o **(a) Pregoeiro (a)** fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

9.14 – Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será **declarado vencedor**.

10 – DOS RECURSOS

10.1 – Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 caberá a interposição de **recurso**, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou da lavratura da ata, em face de (artigo 165, da Lei nº 14.1333/2021):

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

10.1.1 - Caberá o **pedido de reconsideração**, no prazo de **03(três) dias úteis**, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

10.2 – Quando o recurso apresentado impugnar o **julgamento das propostas** ou o **ato de habilitação ou inabilitação** do licitante, serão observadas as seguintes disposições:

10.2.1 - Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, de forma imediata, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, **manifestar sua intenção de recorrer**, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.2.2 - As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03(três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

10.2.3 - A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

10.3 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas **contrarrazões**, no prazo de **03(três) dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4 - O recurso de que trata o **subitem 10.1 e alíneas** deste edital será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a **autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.5 - Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, o qual deverá solicitar os respectivos por meio do endereço eletrônico: **pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



10.6- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7 – O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021.

10.8. Da aplicação das sanções previstas no **item 18.2** deste Edital caberá recurso, conforme disposto nos **subitens 18.12 e 18.13**.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 – Encerradas as fases de habilitação e julgamento, e exauridos os recursos administrativos, os autos serão submetidos à análise da Controladoria Geral do Município – CGM acerca da conformidade dos procedimentos licitatórios adotados, e posteriormente serão encaminhados à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante responsável pela contratação para adjudicar o objeto e homologar a licitação (artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 c/c artigo 25, inciso V, e art. 66, ambos do Decreto Municipal nº 049/2024).

11.2 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

12.1 – Homologada a licitação a licitante vencedora será convocada pela Secretaria demandante, para assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e em outras legislações aplicáveis.

12.1.1 - Na hipótese da convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas, fica facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.2 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, a Secretaria demandante convocará o adjudicatário para assinatura do contrato, no prazo de **05 (cinco) dias**, conforme estabelecido no **item 13.7 do Termo de Referência** (Anexo I deste Edital), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e em outras legislações aplicáveis.

12.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

12.2.2 Na hipótese de o vencedor da licitação **não assinar** o contrato ou **não aceitar** ou **não retirar** o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou instrumento equivalente, **nas condições propostas pelo licitante vencedor**, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2.3 Caso **nenhum dos licitantes aceitar** a contratação nos termos do **item 12.2.2**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.2.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.2.4.1 A regra do **item 12.2.4** não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea “a”, do **item 12.2.3**.

12.2.5 Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação **de remanescente de obra**, de serviço ou de fornecimento em consequência de **rescisão contratual**, observados os mesmos critérios estabelecidos **nos subitens 12.2.2 e 12.2.3**.

12.3 Não será admitida a **subcontratação** do objeto contratual, conforme justificativa constante no **item 6.5. e subitens, do Termo de Referência (Anexo I deste edital)**.

12.4 O prazo de vigência da contratação é **até 31 de dezembro** do corrente ano, que o mesmo for assinado, contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 c/c artigo 109 do Decreto Municipal nº 049/2024, **conforme definido no item 8.1.4** do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital).

12.5 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação. (art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

12.6. Deverão ser observadas as demais regras constantes no **Termo de Referência (ANEXO I deste Edital)** e na **Minuta de Contrato (ANEXO III deste Edital)**.

12.7- As demais regras referentes ao sistema de Registro de Preços são as constantes na minuta da **Ata de Registro de Preços (ANEXO II deste Edital)**.

13 – DA GARANTIA DO CONTRATO

13.1 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 pelas razões constantes no **item 6.6 e subitens do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital)**.

14 – EXECUÇÃO DO OBJETO/ GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1 – O prazo para entrega do objeto será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, devendo ser entregue pela empresa vencedora, na Superintendência de Assistência Farmacêutica - SAF, da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA situada na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 1.150, Bairro Aparecida, cidade de Boa Vista – RR, no horário de funcionamento (8h00min às 14:00min), o qual deverá ser acompanhado das referidas Notas Fiscais, que deverão estar em nome do MUNICÍPIO DE BOA VISTA/ PREFEITURA MUNICIPAL, sem nenhum tipo de ônus ao Município, sendo recebidos pelos Fiscais nomeados por Portaria

14.1.1. Caso o prazo acima recaia em finais de semana ou em dias que porventura não haja expediente, considera-se o próximo dia útil nos horários das 08:00 às 14:00 horas;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



14.2 – Além das previstas neste edital deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 140 da Lei 14.133/2021, no **Termo de Referência (ANEXO I do presente Edital)** e na Minuta do Contrato (**ANEXO III** deste Edital), para execução/entrega/fornecimento/e recebimento do objeto.

14.3 – As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades, conforme regras estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I** deste edital) e na Minuta do Contrato (**ANEXO III** deste Edital).

15 – PAGAMENTO

15.1 – O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado conforme as formas, condições e prazos estabelecidos no item **9, subitens do 9.1, 9.2 e alíneas** do Termo de Referência (**ANEXO I** deste Edital).

16 - DO REAJUSTE

16.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do **orçamento estimado em 28/04/2025**.

16.2- Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

16.3 - Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Pesquisa Ampla ao Consumidor – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

16.4 - Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor;

16.5 - . Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

16.6 -. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria Geral do Município.

16.7 – Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (**ANEXO I** deste Edital) e na Minuta do Contrato (**ANEXO III** deste Edital).

17 - DA VALIDADE/ GARANTIA DO PRODUTO

17.1 – A validade dos insumos e materiais laboratoriais entregues deverá ser no mínimo 75% da vida útil do produto a contar da data da entrega;

17.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

17.3 – Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO I deste Edital)** e na Minuta do Contrato (**ANEXO III** deste Edital).

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



18 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;

18.2 - Serão aplicadas, ao(s) responsável(eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos contantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

18.3 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

18.4 – Na aplicação das sanções serão observadas:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5 - A sanção de multa, não poderá ser inferior a **0,5%(cinco décimos por cento)** nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, da Lei nº 14.133/2021;

18.5.1 - No caso de infrações cometidas na fase licitatória, para aplicação da sanção de multa serão observados os percentuais definidos no **item 18.5** e na Lei nº 14.133/2021, levando em consideração o princípio da razoabilidade;

18.5.2 – Nos demais casos, para a aplicação de sanção de multa, serão observados os percentuais estabelecidos pela autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, discriminadas no **item 8.3 subitem 8.3.5 e alíneas, do Termo de Referência, Anexo I deste edital**, bem como a regra estabelecida no **item 18.5** e o princípio da razoabilidade;

18.6 - Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

18.7 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

18.8 – A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

18.9- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **Município de Boa Vista/RR**, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**;

18.10 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do **caput**, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII,

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

18.11 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

18.12 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

18.13 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

18.14 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

18.15 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

18.16 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

18.17 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

18.18 - No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (art. 133, § 4º do Decreto Municipal nº 049/2024);

18.19 - Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

18.20 - A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável;

18.21 - Ficará a cargo da SMLIC a abertura de processo para fins de apuração e aplicação das sanções cabíveis, nos casos de infrações cometidas pelos licitantes, na fase de licitação, observadas as regras

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



contidas no art.155 ao 163, da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 133, §6º, do Decreto Municipal nº 049/2024;

18.21.1 - Nos demais casos, caberá à autoridade máxima do órgão ou entidade demandante realizar todo o procedimento para abertura de processo para apuração e aplicação das penalizações previstas em Lei.

18.22 - A SMLIC e a autoridade máxima do órgão ou entidade demandante, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverão informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (art. 161 da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 133, §3º, do Decreto Municipal nº 049/2024);

18.23 - Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO I deste Edital)** e na **Minuta do Contrato (ANEXO III deste Edital)**.

19- DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

19.2 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

19.3 – O (a) **Pregoeiro (a)**, no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto nos incisos I e II do art. 64, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

19.3.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento referente as propostas de preços e os documentos de habilitação, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24hs (vinte e quatro horas) de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

19.3.2 – Se houver solicitação de documentos em diligências, deverão ser apresentados via sistema.

19.3.3 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

19.4 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

19.5 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município **revogá-la**, no todo ou em parte, por razões de conveniência e oportunidade, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado ou **anulá-la** por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na SMLIC para conhecimento dos participantes da licitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



19.6 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.7 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

19.8 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

19.9 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, **pelo (a) Pregoeiro (a).**

19.10 - O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus Anexos. E em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.11- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.12 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.14 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.15 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

19.16 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) **ANEXO I** – Termo de Referência;
- b) **ANEXO II** – Minuta de Ata de Registro de Preços
- c) **ANEXO III** – Minuta Contratual
- d) **ANEXO IV** – Modelo de Planilha / Proposta de Preço.

Boa Vista – RR, data constante no sistema.

Elaborado por: Assinatura eletrônica José Carlos Bastos Pereira Filho Responsável Técnico - SMLIC Matrícula: 27.808	Ratificado por: Assinatura eletrônica Edimir Alvares Ribeiro Neto Secretário Municipal de Licitações e Compras SMLIC
---	---

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 869-SMSA/SAF/2025

Processo Administrativo nº 3339/2025

1 APRESENTAÇÃO

- 1.1. Este Termo de Referência engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto;
- 1.2. Sugere-se a adoção da modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para Registro de Preços;
- 1.3. O julgamento das propostas será realizado pelo critério menor preço, por ITEM.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado conforme a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Municipal nº 049/2024, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, e demais normas correlatas.

3 DO OBJETO

- 3.1. Eventual aquisição de **Insumos e Materiais Laboratoriais de Microbiologia** para atender a rede Municipal de Saúde, por um período de 12 (doze) meses”.
- 3.2. As especificações, unidades e quantidades da presente aquisição estão descritas no **ANEXO I** deste Termo de Referência.
- 3.3. Trata-se de aquisição de bens de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 049/2024.

4 DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da justificativa da necessidade do objeto e dos quantitativos

4.1.1. Considerando que o Município de Boa Vista é responsável de promover ações de Assistência Básica, Média e Alta Complexidade de Saúde, bem como gerir o Sistema Único de Saúde- SUS, conforme a Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui a sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências e Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988.

4.1.2. Considerando que a Constituição garante que a saúde é um direito social e universal e que os municípios são responsáveis pelo serviço de atendimento à saúde, conforme os artigos:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Art. 30. Compete aos Municípios:

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

4.1.3. Além do direito constitucional, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



Art. 7º. A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 11. É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Grifos nosso)

4.1.4. Considerando a Lei Municipal n.º 1.756/2016 no seu artigo 22 que traz as competências da Secretária Municipal de Saúde:

Art. 22. A Secretária Municipal de Saúde tem como competências:

I - Estabelecer e executar a política municipal de saúde, em consonância com suas diretrizes e com os princípios do SUS, expressos nas Leis Federais n.º. 8.080/90 e 8.142/90 e legislações correlatas;

II - Prestar serviços de atenção à saúde da população;

4.1.5. A eventual **aquisição de insumos e materiais laboratoriais de Microbiologia** tem a finalidade de suprir a demanda do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Criança Santo Antônio, do Laboratório de Citologia Municipal, do Laboratório de Referência Municipal e do Departamento de Vigilância em Saúde - UVCZ.

4.1.6. Considerando que os serviços do **laboratório clínico do Hospital da Criança** têm a finalidade de fornecer resultados de exames laboratoriais dos usuários para elucidação ou confirmação de um diagnóstico clínico. Também são úteis para acompanhar a evolução de um quadro patológico, fornece elementos para o prognóstico ou constatar a presença de fatores de risco para determinada enfermidade, além de acompanhamento terapêutico.

4.1.7. Importante destacar que nos dias de hoje, há uma grande necessidade também da realização de exames para elucidar os microrganismos patogênicos no setor da bacteriologia, para o uso correto dos antibióticos. A bacteriologia é o ramo da microbiologia que trabalha com a identificação, classificação e caracterização e demais aspectos de espécies bacterianas para assim realizar o antibiograma onde determina o perfil de sensibilidade e resistência de bactérias aos antibióticos. Tal serviço é essencial para a tomadas de decisões clínicas quanto ao tratamento prestado aos pacientes, pois são com estes resultados que os médicos podem indicar qual antibiótico mais indicado para tratar da infecção, evitando, assim, o uso de antibióticos desnecessários e o surgimento de resistência bacteriana. Além de evitar os desperdícios de recursos financeiros em caso de uso de antibióticos que não tenham eficácia.

4.1.8. Ressalta-se que vem crescendo o número de atendimentos e, consequentemente o número de solicitações médicas para a realização de exames laboratoriais, de um total de 382.120 exames realizados em 2021, 380.925 exames realizados em 2022 e 409.517 exames realizados em 2023.

4.1.9. Considerando que o **Laboratório de Citologia Municipal** é uma Unidade de Saúde Especializada em Diagnóstico preventivo de câncer de colo de útero, atuando de forma precoce na detecção das células percursoras através do método de Papanicolaou. O Laboratório analisa coletas de prevenção ao câncer (Preventivos) de todas as Unidades Básicas de Saúde da Capital Boa Vista, diagnosticando em média 835 coletas por mês e 10.000 coletas ao ano. A possibilidade de ausência dos insumos laboratoriais inviabiliza o serviço, expondo as munícipes à ausência ou retardo no tratamento, nos casos de exames alterados ou sugestivos de câncer.

4.1.10. Considerando que o **Laboratório de Referência Municipal** atua na **Atenção Básica** abrangendo o cuidado e proteção da saúde, a prevenção de agravos, a vigilância e a redução de danos à saúde, promovendo análises de média e alta complexidade dos munícipes de Boa Vista, a

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



aquisição dos insumos laboratoriais é de grande importância para continuidade dos serviços oferecidos.

4.1.11. Considerando que a **Unidade de Vigilância em Controle de Zoonoses – UVCZ**, desenvolve vigilância ativa através da vacinação antirrábica de cães e gatos, educação e saúde, investigação e monitoramento de cães suspeitos para raiva, e para a manutenção dessa situação é indispensável a realização de observação dos cães, agressores e errantes, castração, eutanásia e posteriormente coleta do tecido cerebral destes animais para diagnóstico laboratorial da raiva e determinar medidas de profilaxia e controle da raiva que sejam realizadas em tempo hábil

4.1.12. Dessa forma, a **aquisição dos insumos e materiais laboratoriais de Microbiologia** em tela é imprescindível para manutenção e continuidade dos serviços a fim de proporcionar condições ideais para o desenvolvimento das atividades do laboratório e manutenção dos serviços públicos

4.1.13. Informamos que os quantitativos e especificações técnicas dos objetos deste Termo constam no ANEXO I.

4.2. O Objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual, conforme justificativa.

4.2.1. No que pese a vigência da Lei Federal nº 14.133/2021, sobretudo, a necessidade estampada de período para implantação e realização de possíveis ajustes da referida Lei, tal como, a previsão contida no art. 12, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 conjugado com art. 26, inciso II do Decreto Municipal nº 049/2024, quer e com a elaboração do Plano Anual de Contratações – PCA.

4.2.2. Destacamos que o objeto da presente demanda possui previsão na Programação Anual da Saúde - PAS, tendo como diretriz a garantia da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, alinhada com a meta de manter em 100% o abastecimento das unidades de saúde e garantir o uso racional de medicamentos e insumos.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. Descrição da Solução Como um todo

5.1.1. A solução para atender as necessidades descritas no processo em tela foi definida após análise técnica da **Superintendência de Assistência Farmacêutica – SAF em conjunto com as equipes do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital da Criança Santo Antônio, do Laboratório de Citologia Municipal, do Laboratório de Referência Municipal e do Departamento de Vigilância em Saúde - UVCZ.**

5.1.2. De modo a melhorar a gestão de compras e previsibilidade de fornecimento, a solução para suprir a demanda de forma eficiente, além de garantir a qualidade do produto e transparência no processo, foi a de adquirirmos os insumos e materiais laboratoriais por **registro de preços**, garantindo que as exigências abaixo sejam cumpridas:

5.1.3. As entregas deverão ser conforme necessidade e solicitação do setor competente, através de Ordem de Fornecimento, onde a contratada terá **30 (trinta) dias corridos** para realizar a entrega dos insumos e materiais laboratoriais solicitado;

5.1.4. O número do lote, com as quantidades respectivas em cada lote, e a validade de cada lote, deverão constar no corpo da Nota Fiscal, a cada entrega. E também com as embalagens primária e secundária dos insumos e materiais laboratoriais;

5.1.5. A validade dos insumos e materiais laboratoriais entregues deverá ser no mínimo 75% da vida útil do produto a contar da data da entrega;

5.1.6. As empresas fabricantes, embaladoras e distribuidoras devem ter licença ou alvará sanitário junto ao seu órgão local de Vigilância Sanitária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



5.1.7. Os insumos e materiais laboratoriais fornecido deve ter registro na ANVISA (Ministério da Saúde) ou Órgão competente, através de publicação do registro no DOU ou Comprovante de Registro emitido pelo Ministério da Saúde, demonstrando sua vigência, exceto nos casos dos dispensados de Registro no Ministério da Saúde, conforme Portaria 1.480/90.

5.1.8. No rótulo da embalagem dos insumos e materiais laboratoriais, deverão constar de forma clara indelével as seguintes informações, conforme o caso:

- a) Identificação dos insumos e materiais laboratoriais, inclusive a marca;
- b) Nome e endereço do fabricante;
- c) Data de fabricação e/ou validade dos insumos e materiais laboratoriais;
- d) Número do lote;
- e) Registro dos insumos e materiais laboratoriais junto ao Ministério da Saúde.

5.1.9. Caso haja divergência entre o código CATMAT indicado e a especificação técnica, devem prevalecer as especificações técnicas contidas na Descrição.

5.1.10. Para a compra em tela, não será necessário realizar exigências quanto à manutenção e à assistência técnica.

5.2. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução

5.2.1Atendendo o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, que consta no parcelamento ou não do objeto contratado; em regra, conforme o inciso, II do § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133/21, os bens/serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

5.2.2. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda e a adjudicação será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.

5.2.3. Desta forma, se garante a especificidade do mercado, visando à economicidade e competitividade, possibilitando maiores chances de uma compra mais efetiva.

5.2.4. Diante disto, justifica-se o parcelamento, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Da indicação de marcas ou modelos:

6.1.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para esta contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

6.2. Da vedação de marcas ou produto:

6.2.1. Na presente contratação não serão vedadas marcas ou modelos específicos para contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

6.3. Da apresentação de amostras, certificados, laudos ou outros similares/Do exame de conformidade/Da realização da prova de conceito:

6.3.1. Para a presente licitação não será exigida amostra para realização de prova de conceito.

6.4. Da Exigência de Carta de Solidariedade

6.4.1. Para a presente licitação não será exigida Carta de Solidariedade emitida pelo fabricante.

6.5. Da Subcontratação

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



6.5.1. São vedadas a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sob pena de rescisão e penalidade subsequentes.

6.5.2. Tal vedação se dá em razão do objeto ser caracterizado como comum e que tecnicamente não demanda a necessidade de subcontratação por parte da Contratada.

6.6. Da garantia contratual

6.6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução do objeto.

6.6.2. Conforme art. 96 da Lei nº 14.13/2021 fica a critério da autoridade competente, em cada caso, a exigência de garantia contratual.

6.7. Das condições das propostas

6.7.1. A proposta de preços será elaborada considerando o tipo de licitação, e os preços propostos não poderão ser superiores aos orçados pela administração, e devem incluir todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto da licitação.

6.7.2. A proposta deverá conter a relação da marca, forma e apresentação dos insumos e materiais laboratoriais considerados na composição dos preços ofertados.

6.7.3. A Proposta terá validade mínima de **60 (sessenta) dias**.

6.8. Da necessidade da validade do objeto

6.8.1. Os insumos e materiais laboratoriais deverão ser fornecidos com a validade no mínimo 75 % da vida útil a contar da data da entrega, devendo os mesmos apresentarem data de fabricação e data de validade, colocadas pelo fabricante, não sendo admitidos quaisquer amassados, violados, rasuras ou emendas;

6.8.2. No caso dos insumos e materiais laboratoriais apresentarem má qualidade, deformidade ou constatadas divergências nas especificações, consequentemente serão substituídos, no **prazo de 30 (trinta dias)**, e a garantia será contada a partir da nova data de entrega, e sem qualquer ônus para o município;

6.8.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificativa da Contratada, aceita pelo Contratante;

6.8.4. O ônus de substituição dos insumos e materiais laboratoriais será suportado exclusivamente pela contratada.

6.9. Dos Critérios De Sustentabilidade:

6.9.1. Deverão ser observadas as regras contidas na Lei nº 2004/2019 e no Decreto Municipal nº 35/E de 2021.

6.9.2. Os insumos e materiais laboratoriais devem ser acondicionados em embalagens recicláveis e/ou recicladas. Por se tratar de aquisição de insumos e materiais laboratoriais, o armazenamento, manuseio e o descarte dos mesmos devem ser realizados de forma adequada, com vista a evitar a contaminação do solo, da água e ar.

6.9.3. Diante do exposto, a SMSA deverá adotar medidas como exigir que a contratada possua autorização de funcionamento pelo órgão sanitário competente, requisito já exigido em qualificação técnica.

6.9.4. A empresa fornecedora deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

6.9.5. A empresa fornecedora deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto nos Art. nº 5º e 11 da Lei 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Da entrega e recebimento do objeto

7.1.1. O prazo para entrega do objeto será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento pela Contratada, devendo ser entregue pela empresa vencedora, na Superintendência de Assistência Farmacêutica - SAF, da Secretaria Municipal de Saúde - SMSA situada na Avenida Capitão Júlio Bezerra, nº 1.150, Bairro Aparecida, cidade de Boa Vista – RR, no horário de funcionamento (8h00min às 14:00min), o qual deverá ser acompanhado das referidas Notas Fiscais, que deverão estar em nome do MUNICÍPIO DE BOA VISTA/ PREFEITURA MUNICIPAL, sem nenhum tipo de ônus ao Município, sendo recebidos pelos Fiscais nomeados por Portaria;

7.1.2. Caso o prazo acima recaia em finais de semana ou em dias que porventura não haja expediente, considera-se o próximo dia útil nos horários das 08:00 as 14:00 horas;

7.1.3. Caso não seja possível a entrega do objeto na data assinalada e prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar à Contratante as razões respectivas, com pelo menos 10 dias de antecedência, para que seja analisada a possibilidade de prorrogação do prazo de entrega, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

7.1.4. A embalagem do objeto deverá oferecer completa proteção aos insumos e materiais laboratoriais em função das condições de armazenamento, acesso, movimentação e manuseio do produto, desde as dependências da Contratada até a descarga no local definido pela Contratante;

7.1.5. O transporte dos materiais médicos até a entrega será por conta da Contratada, sem qualquer responsabilidade e/ou ônus à Contratante;

7.1.6. Independente da aceitação, a Contratada garantirá a qualidade dos materiais entregues, obrigando-se a repor aquele que apresentar não conformidade ou má aparência, imediatamente após a notificação, sem ônus adicional ao Contratante.

7.1.7. Os insumos e materiais laboratoriais serão recebidos **provisoriamente**, de forma imediata, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta; (Art. 140, II, da Lei nº 14.133/2021 c/c artigo 18 ao 24 do Decreto Municipal nº 049/2024), em até 05 (cinco) dias corridos;

7.1.8. Os insumos e materiais laboratoriais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.1.9. O **recebimento definitivo**, ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos insumos e materiais laboratoriais e consequente aceitação mediante termo detalhado; (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133 / 2021, artigo 18 ao 24 do Decreto Municipal nº 049/2024).

7.1.10 Quando do recebimento definitivo, deverá ser observado as especificações no rótulo da embalagem dos insumos e materiais laboratoriais em que deverão constar de forma clara e indelével as seguintes informações, conforme o caso:

- a)** Identificação dos insumos e materiais laboratoriais, inclusive a marca;
- b)** Nome e endereço do fabricante;
- c)** Data de fabricação e/ou validade dos insumos e materiais laboratoriais;
- d)** Número do lote;
- e)** Registro dos insumos e materiais laboratoriais junto ao Ministério da Saúde.

7.1.11. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

7.1.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.1.13. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

7.1.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Da validade/ garantia do produto

7.2.1. A validade dos insumos e materiais laboratoriais entregues deverá ser no mínimo 75% da vida útil do produto a contar da data da entrega;

7.2.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

7.2.3. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos materiais médicos que apresentarem vício ou deformidade no **prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pela Contratada;

7.2.4. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante;

7.2.5. Decorrido o prazo para as substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar a substituição dos bens, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos;

7.2.6. O custo referente ao transporte dos bens/materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada;

7.2.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Da vigência e condições do Contrato

8.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

8.1.3. A Assinatura do Contrato deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sob a pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei Federal n. 14.133/21;

8.1.4. O **prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro do corrente ano, que o mesmo for assinado**, contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 c/c artigo 109 do Decreto Municipal nº 049/2024.

8.1.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Art. 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



8.2. Das Obrigações da Contratante e da Contratada:

8.2.1. São obrigações da Contratante além das previstas na minuta do contrato padronizada:

- a) Designar Fiscal (is), com competência legal, para exercer a fiscalização, coordenação e acompanhamento da execução do Contrato;
- b) Designar representantes para gestão e fiscalização do contrato dos termos do Decreto Municipal nº 049/2024, e art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21;
- c) Notificar por escrito a contratada toda e qualquer imperfeição, falha e/ou irregularidade verificada na execução do objeto fornecido, para que seja substituído, reparado e/ou corrigido;
- d) Exigir a qualquer tempo da Contratada os documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, bem como todas as qualificações que ensejarem sua habilitação;
- d.1) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ação e/ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados.
- e) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações contratuais;
- f) Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- g) Notificar a CONTRATADA, quando for o caso, sobre a aplicação de eventuais sanções previstas em Contrato;
- h) Notificar por escrito à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o objeto do contrato, tais como, eventuais imperfeições durante sua vigência fixando prazo para sua correção;
- i) Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal (is) nas condições e prazos estabelecidos no contrato e, realizar eventuais glosas de valores quando necessárias, oficializando a empresa sobre as razões que ensejaram os descontos;
- j) Disponibilizar espaço apropriado para guarda/armazenamento dos insumos e materiais laboratoriais consoante determinação do art. 40, IV da Lei 14.133/2021;
- k) Aceitar ou recusar os motivos alegados pela contratada para configurar caso fortuito ou de força maior, dando por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa, no prazo máximo de 02 (dois) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação.
- l) Caberá à Contratante providenciar a publicação resumida do instrumento de Contrato no Diário Oficial do Município, conforme legislação vigente.

8.2.2. São obrigações da Contratada além das previstas na minuta do contrato padronizada:

- a) Fornecer os insumos e materiais laboratoriais de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Termo de Referência;
- b) Executar e fornecer os insumos e materiais laboratoriais conforme especificações deste Termo de Referência e Edital, e de sua proposta, com a alocação dos recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- c) Assumir inteiramente a responsabilidade pelo fornecimento que não for autorizado pela CONTRATANTE;
- d) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações da mesma, visando fiel cumprimento das obrigações assumidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



- e) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela lei nº 14.133/21 e suas alterações;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas, irregularidades pela qualidade do produto fornecido, constatadas pela fiscalização do contrato, quando a mesma for notificada, tendo o prazo de 30 (trinta) dias corridos para a substituição e/ou correção do objeto;
- g) A CONTRATANTE está isenta de qualquer vínculo empregatício com os empregados da CONTRATADA;
- h) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie em que forem a ser vítimas os seus empregados durante a execução do objeto contratado ou em conexão com ele ainda que acontecido nas dependências do Município de Boa Vista, Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Atender as determinações de sustentabilidade ambiental, quanto à prestação de serviços e/ou fornecimento sustentáveis ou de menor impacto ambiental.

8.3. Das Infrações e Sanções Administrativas:

8.3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pela prática das infrações dispostas no artigo 155, e incisos, da Lei nº 14.133/2021;

8.3.2. Serão aplicadas, ao(s) responsável (eis) pelas infrações administrativas, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, observados os dispositivos constantes no §1º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3.3. A aplicação das sanções previstas no item anterior não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração;

8.3.4. Na aplicação das sanções serão observadas:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3.5. No caso de sanção de multa, serão estabelecidos os seguintes percentuais:

a) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos;

a.1) O atraso superior a **60 dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

b) Compensatória, de 5 % a 10% do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão, nos termos do art. 133, parágrafo segundo do Decreto Municipal nº 049, publicado em 07 de junho de 2024 (DOM nº 6121);

8.3.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

8.3.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



8.3.8. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa discriminada no inciso I, do artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.3.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do art. 155, da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**;

8.3.10. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput, do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

8.3.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

8.3.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

8.3.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo **de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contado do seu recebimento;

8.3.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.3.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei;

8.3.16. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;

8.3.17. No caso de aplicação de sanção de impedimento de contratar ou de declaração de inidoneidade enquanto ainda em curso prazo decorrente de sanção anteriormente imposta importará no somatório dos períodos, não sendo admitido qualquer tipo de compensação ou redução, exceto nos casos de reabilitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. (Art. 133, § 4º do Decreto Municipal nº 049/2024);

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



8.3.18. Será admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente, com o disposto nos incisos I ao V, do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021;

8.3.19. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

8.4. Do Gestor do contrato:

8.4.1. As atividades de gestão e de fiscalização dos contratos deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades.

8.4.2. A gestão de contrato consiste na coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros.

8.4.3. O gestor do contrato e o seu substituto quando for o caso, têm como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições dispostas no artigo 17 e incisos, do Decreto Municipal nº 049/2024.

8.4.4. Os servidores designados para gestão do contrato serão indicados pela superintendência de Assistência Farmacêutica – SAF.

8.5. Da fiscalização do contrato:

8.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

8.5.2. O fiscal do contrato ou seu substituto anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, Art. 117, §1º);

8.5.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º e Decreto nº 049/2024, Art.18, §1º);

8.5.4. O fiscal do contrato será designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe (s) as atribuições previstas nos artigos 19 e 20, e seus respectivos incisos, do Decreto Municipal nº 049/2024.

8.5.5. Os relatórios elaborados pela fiscalização deverão conter no mínimo os pontos discriminados no artigo 21 e incisos, do Decreto Municipal 049/2024, quando for o caso.

8.5.6. Os servidores designados para a fiscalização deverão ser indicados dentre os servidores com conhecimento técnico.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Da Liquidação

9.1.1. A solicitação de pagamento deverá ser formalizada pela Contratada, por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os documentos listados no artigo 134 e incisos, do Decreto Municipal nº 049/2024;

9.1.2. Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após a autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalciadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento. (Artigo 134, § 4º, do Decreto Municipal nº 049/2024);

9.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data de emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.1.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá vir em nome do Município de Boa Vista/Prefeitura Municipal, no endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130, CNPJ: 05.943.030/0001-55;

9.1.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.1.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.1.7. Em caso de ausência de certidão de regularidade fiscal, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria-Geral do Município em caso de débito inscrito em dívida ativa.

9.1.8. Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Município para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito municipal.

9.1.9. Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.1.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

9.1.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.1.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

9.1.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



9.2. Do prazo e forma de pagamento

9.2.1. O Pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde- SMSA, **no prazo de até 30 (trinta) dias corridos**, após a liquidação das notas fiscais/fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura/DANFE), devidamente atestada pelo(s) fiscal (is);

9.2.2. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

9.2.3. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

9.2.4. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

9.2.5. A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

9.2.6. Nas Notas Fiscais/DANFE deverá constar, impreterivelmente, o número do empenho, número de contrato, e Descrição do objeto conforme proposta;

9.2.7. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

9.2.8. A critério da CONTRATANTE poderá ser utilizado os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA;

9.2.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

9.2.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

9.2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

9.2.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3. Do reajuste

9.3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em conformidade ao Mapa Comparativo de Preço e Planilha Nup: 9.202209/2025 de 28/04/2025;

9.3.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica;

9.3.3. Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice Pesquisa Ampla ao Consumidor – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



9.3.4. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado;

9.3.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

9.3.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado (s) o (s) índice(s) definitivo(s);

9.3.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s);

9.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

9.3.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

9.3.10. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município.

10. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS LICITANTES

10.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos artigos 62 a 70, da Lei nº. 14.133/21, e demais legislações correlatas:

10.1.1. Habilitação Jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

10.2. Da não participação de pessoas físicas:

a) Ressalva-se a vedação da pessoa Física pelas razões do objeto e especificidade do produto: Tendo em vista que as exigências realizadas na qualificação técnica e na qualificação econômica

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



- financeira não são compatíveis as características de pessoa física, sendo assim, conforme traz a IN 116/2021, a licitação presente traz e exigência de estrutura e capital social mínimo, sendo assim, vedado a participação de pessoas físicas na presente licitação.

10.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

10.3.3. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, inciso II, da Lei 14.133/2021);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - I.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - II.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c.1)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c.2)** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;
- c.3)** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), como complemento será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

c.4) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.5) O atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil;

d) Relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

10.4.1. Da justificativa da exigência acima:

Justificativa da exigência do Balanço/Certidão Negativa de Insolvência Civil/ Certidão Negativa de Falência: Considerando que o objeto pretendido foi caracterizado como uma aquisição, conforme demonstrado nos autos, a exigência da Qualificação Econômica Financeira é essencial para avaliar a solidez financeira da empresa, e a aptidão econômica do proponente para fins de cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado, assim garantindo a execução ininterrupta do contrato.

10.5. Qualificação Técnica

a) Apresentar **Licença Sanitária**, conforme art. 21 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro e 1973, devidamente atualizada, emitida pela autoridade sanitária do órgão competente (Estadual ou Municipal ou Distrital), compatível com o objeto da licitação, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer, caso a Licença Sanitária da atividade licitada esteja suspensa pelos órgãos competentes, apresentar documento comprobatório da suspensão;

a.1) Da justificativa da exigência acima:

1. Para tal exigência se deu devido o art. 21 da Lei nº 5.991, de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, **Insumos Farmacêuticos e Correlatos**, e dá outras Providências, conforme abaixo:

Art. 21 O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei.

2. Além do mais destaca-se a Instrução Normativa nº 16, de 26 de abril de 2017, onde dispõe sobre a lista de classificação por grau de risco para fins de licenciamento sanitário, onde o objeto pretendido encontra-se classificado no Anexo I desta instrução, para tal exigência.

b) Apresentar **Autorização de Funcionamento (AFE)** vigente, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, da empresa participante, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014;

b.1) Da justificativa da exigência acima:

1. Tal exigência se deu devido a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, conforme abaixo:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde.

c) Certificado de Registro de Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 ou cópia da publicação no D.O.U; Se o registro do produto estiver vencido, será admitida a apresentação da solicitação de sua revalidação em cópia autenticada, obedecidas as regulamentações expedidas pela ANVISA para a respectiva validade;

c.1) Da justificativa da exigência acima:

1. A ANVISA regulamenta a comercialização dos itens deste processo através da submissão dos mesmos às diversas legislações em vigência no País. Tais leis, normas e decretos visam a oferecer produtos com a qualificação adequada à manutenção e proteção da saúde da população. Desta forma, para o aceite das propostas ajustadas oferecidas pelos fornecedores participantes deste processo de compras, deverá ser apresentado o Certificado de Registro no Ministério da Saúde – RMS - vigente de cada produto, exceto os dispensados de registro conforme anexo da RDC nº 27/2010.

2. Destaca-se que os insumos e materiais laboratoriais obrigatoriamente necessitam de registro na ANVISA para comercialização e uso, e, é necessário garantir a aquisição de materiais que estejam de acordo com as legislações sanitárias vigentes preconizadas pela vigilância sanitária que possibilita a aquisição de produtos com rastreabilidade de fabricação com critérios de qualidade de matérias primas, controle na fabricação, armazenamento, transporte, tempo de vida útil, esclarecimentos e veracidade de dados dos rótulos, bulas técnicas, entre outros critérios determinantes para a qualificação dos materiais.

d) Será admitido, e analisado, documentação comprobatória referente a isenção, ou dispensa, de quaisquer das documentações solicitados como exigência para qualificação técnica;

10.6. Das Declarações

a) Declaração do licitante de que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021);

b) Declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei 14.133/2021);

c) Declaração do licitante de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei 14.133/2021);

d) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

e) A licitante deverá apresentar declaração de que não tenha celebrado contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Para os casos de ME/EPP - art. 4º, §2º, da Lei 14.133/2021);

f) Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;

10.7. Da participação de empresas reunidas em consórcio/ Da participação de cooperativas/ Da participação e dos benefícios da Microempresa- ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP:

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



10.7.1. Do Consórcio (Art. 15, da Lei nº 14.133/2021):

a) Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que a aquisição dos bens não se caracteriza como contratação de grande vulto, de modo que únicas empresas poderão preencher os requisitos de habilitação jurídica, técnica e operacional.

10.7.2. Das cooperativas (Art. 16, da Lei nº 14.133/2021)

a) Será admitida a participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, quando:

a.1) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

a.2) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

a.3) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

a.4) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

a.5) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

a.6) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

I) ata de fundação;

II) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

III) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

IV) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

V) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

VI) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

a.7) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.7.3. Da Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP:

a) Será admitida a participação de Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte- EPP e concedidos os benefícios constantes no artigo 4º, caput, da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 42 a 49, da Lei Complementar nº 123/2006;

a.1) A obtenção de benefícios a que se refere a alínea “a” fica limitada à microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

a.2) Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no item “a.1”;

a.3) A licitante deverá apresentar declaração de que não tenha celebrado contratos com a Administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

a.4) Realizar a licitação exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), mesmo que o processo expresse valor geral estimado superior a esse patamar.

11. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



11.1. O valor estimado para aquisição do objeto será de **R\$ 292.641,40 (duzentos e noventa e dois mil e seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários e globais obtidos por meio da pesquisa de preços realizada pela SMLIC, nos termos do artigo 39, inciso XVIII, do Decreto Municipal nº 049/2024, constante no anexo II deste Termo.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. O custo da presente aquisição correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Unid. Orçamentária	Programa de trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
08.04	10.302.0034.2098	3.3.90.30.00	1.600.0000 1.500.1002
08.04	10.302.0034.2098		
08.06	10.305.0036.2107		
08.06	10.305.0036.2107		

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DO SISTEMA DE REGISTROS DE PREÇOS:

13.1. Pretende-se a adoção do sistema de registro de preços, devido ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, bem como por se tratar:

- a) Da necessidade de contratações sucessivas do objeto/contratações permanentes ou frequentes;
- b) De ser mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida; como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- c) De ser conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento; de um ou mais órgão ou entidades da Administração Municipal;
- d) De não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Municipal;
- e) De atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão.

13.2. A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida serão as constantes no anexo I, deste Termo de Referência. (Art. 82, incisos I, da Lei nº 14.133/2021);

13.3. Não haverá previsão de quantidade mínima de unidade de bens a serem cotados, os mesmos serão os constantes no anexo I deste Termo de Referência. (Art.82, inciso II, da Lei nº 14.133/2021);

13.4. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

13.5. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega e de acondicionamento do objeto, tamanho de lote, ou qualquer outro motivo;

13.6. As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes são as constantes na minuta padronizada de Ata de Registro de Preços;

13.7. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e observado o disposto no artigo 98, incisos I ao III, do Decreto Municipal nº 049/2024, convocará os interessados para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar à ata de registro de preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

13.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

13.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado. (Artigo 101, §3º, do Decreto Municipal nº 049/2024);

13.11. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente;

13.12. O prazo de validade da ata de registro de preço será de 01 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período caso exista saldo a ser contratado na ata, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de preços que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 43 do Decreto Municipal nº 049/2024. (Artigo 95 do Decreto Municipal nº 049/2024). E ainda, conforme Art. 84, da Lei 14133/2021;

13.13. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei 14.133/2021;

13.14. Durante a vigência da ata, os órgãos e/ou entidades que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos e as demais condições dispostas na minuta padronizada de Ata de Registro de Preços.

14. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

14.1. O contrato pode ser rescindindo, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da CONTRATANTE, de forma imediata e independente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a Contratada o valor correspondente aos serviços e/ou fornecimento efetivamente prestados.

14.2. Os casos omissos e as dúvidas que surgir, serão resolvidos pela contratante e exclusivamente no Foro de Boa Vista – RR.

14.3. O termo de Referência foi elaborado levando em consideração as informações constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP.

14.4. ANEXO I - DESCRIÇÃO, UNIDADE E QUANTITATIVO DO OBJETO.

Boa Vista - RR, data constante no sistema.

Elaborado:

(Assinatura Eletrônica)

Rosilene Souza do Nascimento

Assessora Técnica SAF - Matrícula: 26501

De acordo:

(Assinatura Digital)

Francinete da Silva Rodrigues

Superintendente de Atenção Especializada – SAE

(Assinatura Eletrônica)

Paulo Bastos Linhares

Superintendente de Vigilância em Saúde e Ambiente-SVSA/SMSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



Aprovado:

(Assinatura Eletrônica)
Marcelo Zeitoune
 Secretário Municipal de Saúde/SMSA

ANEXO I

DESCRIÇÃO, UNIDADE E QUANTITATIVO – INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA

Item	CATMAT	Descrição do Insumo Laboratorial	Unidade	Quant.
1	326288	Agar batata dextrosado (potato dextrose agar). composição mínima: amido de batata (a partir de infusão) 4.0 g/l; dextrose 20.0 g/l; agar 15.0 g/l. aproximadamente 200 g de infusão de batatas. frasco com 500g	Frasco	4
2	405927	Ágar Bile Esculina, meio para o isolamento e identificação presumtiva de enterococos/estreptococos do grupo D. Formula do produto Peptona 8,0g/l; Sais biliares 20,0g/l; Citrato férrico 0,5g/l; Esculina 1,0g/l; Ágar 15, 0g/l; pH 7,1+ ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9
3	326291	Ágar Citrato de Simmons, identificação de enterobactérias. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9
4	326292	Ágar Cled, meio para exame bacteriológico da urina, permite o crescimento de todos os microrganismos potencialmente patogênicos presentes na urina, fornecendo uma boa diferenciação das colônias e característica diagnostica claras. Formula do produto: Peptona 4,0g/l; Extrato de carne (Lab - Lemco) 3,0g/l; Triptona 4,0g/l; Lactose 10,0g/l; L-cistina 0,128g/l; Azul de bromotimol 0,02g/l; Ágar 15,0g/l; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	30
5	331039	Agar chromagar para candida. frasco com 500g	Frasco	6
6	326286	Agar Columbia base, frasco de 500 g.	Unidade	22
7	331192	Agar Fenilalanina. Frasco com 500 gramas.	Frasco	6
8	326814	Ágar Ferro Lisina, meio diagnóstico para salmonelas, inclusive S. Arizona. Formula do produto: Peptona bacteriológica 5,0g/l; Extrato de levedura 3, 0g/l; Glicose 1,0g/l; L-lisina 10,0g/l; Citrato de ferro amoniacal 0,5g/l; Tiosulfato de sódio 0,4g/l; Púrpura de Bromocresol 0,02g/l; Ágar 14,5g/l; pH 6,7 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9
9	326303	Ágar Ferro Triplice Açúcar, (TSI) identificar bacilos gram negativos a base de dextrose, lactose, e sacarose. Frascos com 500 gramas.	Frasco	11
10	329440	Ágar fubá, meio de cultura, tipo, apresentação: pó, Frasco com 500 gramas.	Frasco	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46
 Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38
 Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015
 Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



11	326281	Ágar infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas	Frasco	4
12	326284	Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 100 gramas.	Frasco	16
13	349943	Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 500 gramas.	Frasco	21
14	330218	Ágar Manitol, meio seletivo para o isolamento presuntivo de estafilococos patogênicos. A maioria das outras bactérias é inibida, com exceção de algumas poucas espécies halofílicas. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 1,0 g/litro; Peptona 10,0 g/litro; Manitol 10,0 g/litro; Cloreto de sódio 75,0 g/litro; Vermelho de fenol 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,5 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	24
15	326866	Agar micosel com cloranfenicol e cicloheximida composição mínima: peptona de soja 10,0 g/l ; glicose 10,0 g/l; ágar 15,5 g/l; cloranfenicol 0,05g/l ; cicloheximida 0,4g/l ;água destilada q.s.p. ; ph final 6,9 ± 0,2 .frasco com 500g	Frasco	4
16	326282	Agar Muller-Hinton, frasco de 500 g.	Unidade	30
17	326297	Agar sabouraud dextrose composição mínima: digestão péptica de tecido animal 5.0 g/l; caseína de digestão pancreática 5.0 g/l; dextrose 40.0 g/l; agar 15.0 g/l. frasco com 500g	Frasco	16
18	326277	Ágar Salmonella-shigella (Ágar SS), meio seletivo diferencial para isolamento de Salmonella e de algumas espécies de Shigella de amostras clínicas, alimentos. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 5,0 g/litro; Peptona 5,0 g/litro; Lactose 10,0 g/litro; Sais biliares 8,5 g/litro; Citrato de sódio 10,0 g/litro; Tiosulfato de sódio 8,5 g/litro; Citrato de férrico 1,0 g/litro; Verde brilhante 0,00033 g/litro; Vermelho neutro 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	12
19	354128	Agar SIM, detectar motilidade e reação de indol das enterobactérias, Pancreatic Digest of casein 20g, Peptic digest of animal tissue 6,1g, ferrous ammonium sulfate 0,2g, sodium thiosulfate 0,2g Agar 3,5g. Frasco com 500 gramas.	Frasco	11
20	326867	Agar ureia de christensen.500g	Frasco	2
21	417419	Agar, czapek, meio de cultura apresentação: pó frasco com 500 gramas	Frasco	1

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



22	408810	Alça bacteriológica, material: níquel cromo, comprimento 10cm. Componentes: sem cabo, calibragem: calibrada, volume: 1 µL.	Unidade	20
23	408810	Alça calibrada estéril de 10 µL, descartavel. Pacote com 100 unidades.	Pacote	280
24	408808	Alça de níquel cromo calibrada de 0,01ul, fator de exatidão +/- 20%.	Unidade	20
25	354198	Anti-soro para Shigella Flexneri. Frasco com 3ml.	Frasco	5
26	376582	Anti-soro para Shigella Boydii. Frasco com 3ml.	Frasco	5
27	376580	Anti-soro para Shigella dysenteriae. Frasco com 3ml.	Frasco	5
28	376578	Anti-soro para Shigella Sonnei. Frasco com 3ml.	Frasco	5
29	360459	Anti-soro Polivalente Flagelar para Salmonella. Frasco com 3ml.	Frasco	3
30	360460	Anti-soro Polivalente Somatico para Salmonella. Frasco com 3ml.	Frasco	3
31	331218	Azul de metileno de seguimento Giemsa em pó para microscopia. Frasco com 25 gramas.	Frasco	16
32	331218	Azul de metileno para microscopia. Frasco com 100 gramas. (C16H18C1N3S3H2O)	Frasco	15
33	326882	Caldo infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas	Frasco	20
34	326280	Caldo Malonato, identificação para enterobactérias. Frasco de 500 gramas.	Frasco	6
35	326308	Caldo Selenito, meio enriquecido para o isolamento de Salmonella de fezes e alimentos. Formula do produto. Pancreatic Digest of casein 5 gr, lactose 4 gr, sodium selenite 4 gr, sodium phosphate 10g; pH 7,0 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	6
36	408283	Caldo Uréia, preparação do meio de Christensen para a detecção da rápida atividade da urease de proteus e da lenta atividade dessa enzima de algumas Enterobacteriaceae. Formula do produto: Peptona 1,0 g/litro; Glicose 1,0 g/litro; Cloreto de sódio 5,0 g/litro; Fosfato dissódico 1,2 g/litro; Fosfato monopotássico 0,8 g/litro; Vermelho de fenol 0,012 g/litro; pH 6,8 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9
37	327534	Conjunto para coloração de GRAM - conjunto de corantes para coloração diferencial em bacteriologia. Caixa com 04 frascos 500 mL: 1 frasco com 500 mL de Cristal Violeta, 1 frasco com 500 mL de Lugol para Gram, 1 frasco com 500 mL de Descorante para Gram e 1 frasco com 500 mL de Fucsina Fenicada de Gram.	Conjunto	54
38	353661	Corante, tipo conjunto coloração ziehl-neelsen, aspecto físico: líquido, composição: álcool-ácido, fucsina fenicada e azul de metileno. 500ml	Frasco	84
39	339102	Disco p/ Antibiograma Ácido Nalidixico 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



40	396259	Disco p/ Antibiograma Amicacina 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	18
41	339536	Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 20 mcg + clavulanato 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
42	334994	Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16
43	396261	Disco p/ Antibiograma Ampicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17
44	339708	Disco p/ Antibiograma Ampicilina 30 mcg + Sulbactam 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
45	339690	Disco p/ Antibiograma Azitromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13
46	396256	Disco p/ Antibiograma Aztreonam 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
47	342755	Disco p/ Antibiograma Bacitracina 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13
48	339147	Disco p/ Antibiograma Cefaclor 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13
49	334989	Disco p/ Antibiograma Cefalexina 30 mcg, Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
50	340892	Disco p/ Antibiograma Cefalotina 30ug. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13
51	396258	Disco p/ Antibiograma Cefepime 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
52	334972	Disco p/ Antibiograma Cefotaxima 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
53	396257	Disco p/ Antibiograma Cefoxitina 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16
54	357311	Disco p/ Antibiograma Ceftadizima 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
55	396260	Disco p/ Antibiograma Ceftriaxona 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
56	339687	Disco p/ Antibiograma Cefuroxima 30 µg. Frasco com 50 unidades	Frasco	19
57	339696	Disco p/ Antibiograma Ciprofloxacina 5 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
58	354755	Disco p/ Antibiograma Claritomicina 15 mcg Frasco com 50 unidades.	Frasco	16
59	340890	Disco p/ Antibiograma Clindamicina 02 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16
60	329745	Disco p/ Antibiograma Clorafenicol 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13
61	340913	Disco p/ Antibiograma Eritromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



62	340894	Disco p/ Antibiograma Gentamicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
63	340895	Disco p/ Antibiograma Imipenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
64	339697	Disco p/ Antibiograma Levofloxacino 5 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
65	339778	Disco p/ Antibiograma Meropenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
66	339114	Disco p/ Antibiograma Nitrofurantoina 300 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17
67	339699	Disco p/ Antibiograma Norfloxacin 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	18
68	339706	Disco p/ Antibiograma Novobiocina 05 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	5
69	340898	Disco p/ Antibiograma Optoquina 05 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	5
70	340902	Disco p/ Antibiograma Oxacilina 1mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17
71	357782	Disco p/ Antibiograma Penicilina 10 mcg. Frasco com 50 unidades	Frasco	17
72	464921	Disco p/ Antibiograma Piperacilina 30 mcg + Tazobactam 06 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
73	340903	Disco p/ Antibiograma Rifampicina 05mg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	15
74	351698	Disco p/ Antibiograma Sulfazotrim 25 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19
75	304905	Disco p/ Antibiograma Tetraciclina 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	1
76	339692	Disco p/ Antibiograma Ticarcilina 75 mcg + Ácido Glavulônico 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	7
77	340910	Disco p/ Antibiograma Tobramicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13
78	340907	Disco p/ Antibiograma Vancomicina 30 mg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	14
79	346571	Fita E-Test de Colistina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima.	Unidade	200
80	359273	Fita E-Test de Polimixina B com gradiente de concentração de 0,064 a 1024 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima.	Unidade	200
81	330853	Fita E-Test de Vancomicina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima.	Unidade	200
82	385371	Frasco para hemocultura pediátrico. Frasco com 9 ml. Caixa com 10 frascos.	Caixa	500
83	461105	KIT Coloração ZIEHL-GABBET Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes para o diagnóstico da	kit	16

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		hanseníase		
84	409703	Lâminas 26 x 76 mm de vidro lisa p/microscopia cx. c/ 50 Unid.	Caixa	112
85	409705	Lâminas 26 x 76 mm, com extremidade fosca lapidada. Caixa com 100 unidades.	Caixa	540
86	409643	Lamínulas para microscópio 22x22mm. Caixa com 100 unidades.	Caixa	26
87	409646	Lamínulas para microscópio 24.0 x 50.0mm. (compatível: 25.0 x 50.0) Caixa com 100 unidades.	Caixa	219
88	410610	Papel de filtro 10x10cm. Caixa com 100 unidades.	Caixa	12
89	424756	Papel de filtro 18,5cm diâmetro. Caixa com 100 unidades.	Caixa	15
90	423975	PIPETA DE PASTEUR 3 mL, TIPO CONTA GOTAS, DESCARTÁVEL, pacote com 25 unidades	pacote	430
91	410061	Placa de petri estéril descartável 150x15 mm, sem divisórias. Pacote com mínimo 5 unidades.	Pacote	1900
92	410065	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 90 mm, esterilidade: estéril, tipo uso: descartável pacote com mínimo 10 unidades	Pacote	2100
93	430924	Placa de petri, material: poliestireno cristal, dimensões: cerca de 15 x 60 mm, tipo uso: descartável pacote com no mínimo 10 unidades	Pacote	300
94	409649	Swab de Rayon Estéril para Coleta de Amostras Haste Plástica, ponta 100% rayon, estéril, embalado individualmente, pacote com 100 unidades.	Pacote	40
95	396142	Swab, material haste plástica, ponta em algodão hidrófilo, embalagem individual em papel grau cirúrgico, esterilidade: estéril, descartável. Pacote com 100 unidades.	Pacote	150
96	352088	Tira para oxidase, para diagnóstico clínico. Frasco com 10 unidades.	Frasco	120

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS ANTES DA BIPARTIÇÃO DOS ITENS EM COTAS (PRINCIPAL E RESERVADA) - INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	326288	Agar batata dextrosado (potato dextrose agar). composição mínima: amido de batata (a partir de infusão) 4.0 g/l; dextrose 20.0 g/l; agar 15.0 g/l. aproximadamente 200 g de infusão de batatas. frasco com 500g	Frasco	4	257,54	1.030,16
2	405927	Ágar Bile Esculina, meio para o isolamento e identificação presuntiva de enterococos/estreptococos do grupo D. Formula do produto Peptona 8,0g/l; Sais biliares 20,0g/l; Citrato férrico 0,5g/l; Esculina 1,0g/l; Ágar 15, 0g/l; pH 7,1+ ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9	973,34	8.760,06
3	326291	Ágar Citrato de Simmons, identificação de enterobactérias. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9	340,12	3.061,08
4	326292	Ágar Cled, meio para exame bacteriológico da urina, permite o crescimento de todos os microrganismos potencialmente patogênicos presentes na urina, fornecendo uma boa diferenciação das colônias e característica diagnostica claras. Formula do produto: Peptona 4,0g/l; Extrato de carne (Lab - Lemco) 3,0g/l; Triptona 4,0g/l; Lactose 10,0g/l; L-cistina 0,128g/l; Azul de bromotimol 0,02g/l; Ágar 15,0g/l; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	30	318,94	9.568,20
5	331039	Agar chromagar para candida. frasco com 500g	Frasco	6	1.614,00	9.684,00
6	326286	Agar Columbia base, frasco de 500 g.	Unidade	22	355,92	7.830,24
7	331192	Agar Fenilalanina. Frasco com 500 gramas.	Frasco	6	369,72	2.218,32
8	326814	Ágar Ferro Lisina, meio diagnóstico para salmonelas, inclusive S. Arizona. Formula do produto: Peptona bacteriológica 5,0g/l; Extrato de levedura 3, 0g/l; Glicose 1,0g/l; L-lisina 10,0g/l; Citrato de ferro amoniacal 0,5g/l; Tiosulfato de sódio 0,4g/l; Púrpura de Bromocresol 0,02g/l; Ágar 14,5g/l; pH 6,7 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9	361,08	3.249,72
9	326303	Ágar Ferro Triplice Açúcar, (TSI) identificar bacilos gram negativos a base de dextrose, lactose, e sacarose. Frascos com 500 gramas.	Frasco	11	306,32	3.369,52
10	329440	Ágar fubá, meio de cultura, tipo, apresentação: pó, Frasco com 500 gramas.	Frasco	1	581,18	581,18
11	326281	Ágar infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas	Frasco	4	279,74	1.118,96
12	326284	Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto:	Frasco	16	58,00	928,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 100 gramas.				
13	349943	Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 500 gramas.	Frasco	21	286,83	6.023,43
14	330218	Ágar Manitol, meio seletivo para o isolamento presuntivo de estafilococos patogênicos. A maioria das outras bactérias é inibida, com exceção de algumas poucas espécies halofílicas. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 1,0 g/litro; Peptona 10,0 g/litro; Manitol 10,0 g/litro; Cloreto de sódio 75,0 g/litro; Vermelho de fenol 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,5 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	24	211,44	5.074,56
15	326866	Agar micosel com cloranfenicol e cicloheximida composição mínima: peptona de soja 10,0 g/l ; glicose 10,0 g/l; ágar 15,5 g/l; cloranfenicol 0,05g/l ; cicloheximida 0,4g/l ;água destilada q.s.p. ; ph final 6,9 ± 0,2 .frasco com 500g	Frasco	4	1.439,44	5.757,76
16	326282	Agar Muller-Hinton, frasco de 500 g.	Unidade	30	283,65	8.509,50
17	326297	Agar sabouraud dextrose composição mínima: digestão péptica de tecido animal 5.0 g/l; caseína de digestão pancreática 5.0 g/l; dextrose 40.0 g/l; agar 15.0 g/l. frasco com 500g	Frasco	16	212,94	3.407,04
18	326277	Ágar Salmonella-shigella (Ágar SS), meio seletivo diferencial para isolamento de Salmonella e de algumas espécies de Shigella de amostras clínicas, alimentos. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 5,0 g/litro; Peptona 5,0 g/litro; Lactose 10,0 g/litro; Sais biliares 8,5 g/litro; Citrato de sódio 10,0 g/litro; Tiosulfato de sódio 8,5 g/litro; Citrato de férrico 1,0 g/litro; Verde brilhante 0,00033 g/litro; Vermelho neutro 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	12	288,62	3.463,44
19	354128	Agar SIM, detectar motilidade e reação de indol das enterobactérias, Pancreatic Digest of casein 20g, Peptic digest of animal tissue 6,1g, ferrous ammonium sulfate 0,2g, sodium thiosulfate 0,2g Agar 3,5g. Frasco com 500 gramas.	Frasco	11	534,70	5.881,70
20	326867	Agar ureia de christensen.500g	Frasco	2	276,58	553,16
21	417419	Agar, czapek, meio de cultura apresentação: pó frasco com 500 gramas	Frasco	1	544,27	544,27
22	408810	Alça bacteriológica, material: níquel cromo, comprimento 10cm. Componentes: sem cabo, calibragem: calibrada, volume: 1 µL.	Unidade	20	14,67	293,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



23	408810	Alça calibrada estéril de 10 µL, descartável. Pacote com 100 unidades.	Pacote	280	19,16	5.364,80
24	408808	Alça de níquel cromo calibrada de 0,01ul, fator de exatidão +/- 20%.	Unidade	20	30,31	606,20
25	354198	Anti-soro para Shigella Flexneri. Frasco com 3ml.	Frasco	5	185,86	929,30
26	376582	Anti-soro para Shigella Boydii. Frasco com 3ml.	Frasco	5	151,42	757,10
27	376580	Anti-soro para Shigella dysenteriae. Frasco com 3ml.	Frasco	5	151,50	757,50
28	376578	Anti-soro para Shigella Sonnei. Frasco com 3ml.	Frasco	5	161,65	808,25
29	360459	Anti-soro Polivalente Flagelar para Salmonella. Frasco com 3ml.	Frasco	3	188,94	566,82
30	360460	Anti-soro Polivalente Somático para Salmonella. Frasco com 3ml.	Frasco	3	199,39	598,17
31	331218	Azul de metileno de seguimento Giemsa em pó para microscopia. Frasco com 25 gramas.	Frasco	16	71,31	1.140,96
32	331218	Azul de metileno para microscopia. Frasco com 100 gramas. (C16H18C1N3S3H2O)	Frasco	15	62,60	939,00
33	326882	Caldo infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas	Frasco	20	269,76	5.395,20
34	326280	Caldo Malonato, identificação para enterobactérias. Frasco de 500 gramas.	Frasco	6	1.637,07	9.822,42
35	326308	Caldo Selenito, meio enriquecido para o isolamento de Salmonella de fezes e alimentos. Formula do produto. Pancreatic Digest of casein 5 gr, lactose 4 gr, sodium selenite 4 gr, sodium phosphate 10g,; pH 7,0 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	6	423,20	2.539,20
36	408283	Caldo Uréia, preparação do meio de Christensen para a detecção da rápida atividade da urease de proteus e da lenta atividade dessa enzima de algumas Enterobacteriaceae. Formula do produto: Peptona 1,0 g/litro; Glicose 1,0 g/litro; Cloreto de sódio 5,0 g/litro; Fosfato dissódico 1,2 g/litro; Fosfato monopotássico 0,8 g/litro; Vermelho de fenol 0,012 g/litro; pH 6,8 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	9	342,72	3.084,48
37	327534	Conjunto para coloração de GRAM - conjunto de corantes para coloração diferencial em bacteriologia. Caixa com 04 frascos 500 mL: 1 frasco com 500 mL de Cristal Violeta, 1 frasco com 500 mL de Lugol para Gram, 1 frasco com 500 mL de Descorante para Gram e 1 frasco com 500 mL de Fucsina Fenicada de Gram.	Conjunto	54	69,49	3.752,46
38	353661	Corante, tipo conjunto coloração ziehl-neelsen, aspecto físico: líquido, composição: álcool-ácido, fucsina fenicada e azul de metileno. 500ml	Frasco	84	51,44	4.320,96
39	339102	Disco p/ Antibiograma Ácido Nalidixico 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17	17,37	295,29
40	396259	Disco p/ Antibiograma Amicacina 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	18	18,13	326,34

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



41	339536	Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 20 mcg + clavulanato 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	15,20	288,80
42	334994	Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16	12,33	197,28
43	396261	Disco p/ Antibiograma Ampicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17	15,47	262,99
44	339708	Disco p/ Antibiograma Ampicilina 30 mcg + Sulbactam 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	14,77	280,63
45	339690	Disco p/ Antibiograma Azitromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13	15,50	201,50
46	396256	Disco p/ Antibiograma Aztreonam 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	16,43	312,17
47	342755	Disco p/ Antibiograma Bacitracina 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13	20,29	263,77
48	339147	Disco p/ Antibiograma Cefaclor 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13	12,66	164,58
49	334989	Disco p/ Antibiograma Cefalexina 30 mcg, Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	14,19	269,61
50	340892	Disco p/ Antibiograma Cefalotina 30ug. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13	15,11	196,43
51	396258	Disco p/ Antibiograma Cefepime 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	15,28	290,32
52	334972	Disco p/ Antibiograma Cefotaxima 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	16,26	308,94
53	396257	Disco p/ Antibiograma Cefoxitina 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16	16,25	260,00
54	357311	Disco p/ Antibiograma Ceftadizima 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	17,15	325,85
55	396260	Disco p/ Antibiograma Ceftriaxona 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	13,92	264,48
56	339687	Disco p/ Antibiograma Cefuroxima 30 µg. Frasco com 50 unidades	Frasco	19	16,59	315,21
57	339696	Disco p/ Antibiograma Ciprofloxacina 5 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	16,62	315,78
58	354755	Disco p/ Antibiograma Claritomicina 15 mcg Frasco com 50 unidades.	Frasco	16	19,28	308,48
59	340890	Disco p/ Antibiograma Clindamicina 02 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16	13,42	214,72
60	329745	Disco p/ Antibiograma Clorafenicol 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13	17,57	228,41
61	340913	Disco p/ Antibiograma Eritromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	16	14,51	232,16
62	340894	Disco p/ Antibiograma Gentamicina 10 mcg. Frasco	Frasco	19	12,23	232,37

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206

COPIA PARA O(S) COTA(S) DE 100

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		com 50 unidades.				
63	340895	Disco p/ Antibiograma Imipenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	11,98	227,62
64	339697	Disco p/ Antibiograma Levofloxacino 5 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	14,00	266,00
65	339778	Disco p/ Antibiograma Meropenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	13,87	263,53
66	339114	Disco p/ Antibiograma Nitrofurantoina 300 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17	17,47	296,99
67	339699	Disco p/ Antibiograma Norfloxacin 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	18	16,79	302,22
68	339706	Disco p/ Antibiograma Novobiocina 05 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	5	20,73	103,65
69	340898	Disco p/ Antibiograma Optoquina 05 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	5	25,06	125,30
70	340902	Disco p/ Antibiograma Oxacilina 1mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	17	15,34	260,78
71	357782	Disco p/ Antibiograma Penicilina 10 mcg. Frasco com 50 unidades	Frasco	17	18,07	307,19
72	464921	Disco p/ Antibiograma Piperacilina 30 mcg + Tazobactam 06 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	15,67	297,73
73	340903	Disco p/ Antibiograma Rifampicina 05mg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	15	13,59	203,85
74	351698	Disco p/ Antibiograma Sulfazotrim 25 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	19	11,29	214,51
75	304905	Disco p/ Antibiograma Tetraciclina 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	1	14,90	14,90
76	339692	Disco p/ Antibiograma Ticarcilina 75 mcg + Ácido Glavulônico 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	7	18,50	129,50
77	340910	Disco p/ Antibiograma Tobramicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13	16,96	220,48
78	340907	Disco p/ Antibiograma Vancomicina 30 mg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	14	15,83	221,62
79	346571	Fita E-Test de Colistina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima.	Unidade	200	0,57	114,00
80	359273	Fita E-Test de Polimixina B com gradiente de concentração de 0,064 a 1024 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima.	Unidade	200	18,69	3.738,00
81	330853	Fita E-Test de Vancomicina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima.	Unidade	200	22,38	4.476,00
82	385371	Frasco para hemocultura pediátrico. Frasco com 9 ml. Caixa com 10 frascos.	Caixa	500	77,14	38.570,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



83	461105	KIT Coloração ZIEHL-GABBET Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes para o diagnóstico da hanseníase	kit	16	132,67	2.122,72
84	409703	Lâminas 26 x 76 mm de vidro lisa p/microscopia cx. c/ 50 Unid.	Caixa	112	5,60	627,20
85	409705	Lâminas 26 x 76 mm, com extremidade fosca lapidada. Caixa com 100 unidades.	Caixa	540	12,00	6.480,00
86	409643	Lamínulas para microscópio 22x22mm. Caixa com 100 unidades.	Caixa	26	320,40	8.330,40
87	409646	Lamínulas para microscópio 24.0 x 50.0mm. (compatível: 25.0 x 50.0) Caixa com 100 unidades.	Caixa	219	8,20	1.795,80
88	410610	Papel de filtro 10x10cm. Caixa com 100 unidades.	Caixa	12	84,19	1.010,28
89	424756	Papel de filtro 18,5cm diâmetro. Caixa com 100 unidades.	Caixa	15	173,32	2.599,80
90	423975	PIPETA DE PASTEUR 3 mL, TIPO CONTA GOTAS, DESCARTÁVEL, pacote com 25 unidades	pacote	430	3,55	1.526,50
91	410061	Placa de petri estéril descartável 150x15 mm, sem divisórias. Pacote com mínimo 5 unidades.	Pacote	1900	16,19	30.761,00
92	410065	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 90 mm, esterilidade: estéril, tipo uso: descartável pacote com mínimo 10 unidades	Pacote	2100	12,84	26.964,00
93	430924	Placa de petri, material: poliestireno cristal, dimensões: cerca de 15 x 60 mm, tipo uso: descartável pacote com no mínimo 10 unidades	Pacote	300	33,70	10.110,00
94	409649	Swab de Rayon Estéril para Coleta de Amostras Haste Plástica, ponta 100% rayon, estéril, embalado individualmente, pacote com 100 unidades.	Pacote	40	30,80	1.232,00
95	396142	Swab, material haste plástica, ponta em algodão hidrófilo, embalagem individual em papel grau cirúrgico, esterilidade: estéril, descartável. Pacote com 100 unidades.	Pacote	150	45,00	6.750,00
96	352088	Tira para oxidase, para diagnóstico clínico. Frasco com 10 unidades.	Frasco	120	27,76	3.331,20
VALOR TOTAL						292.641,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



ANEXO III

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DEPOIS DA BIPARTIÇÃO EM COTAS (PRINCIPAL E RESERVADA) - INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	326288	Agar batata dextrosado (potato dextrose agar). composição mínima: amido de batata (a partir de infusão) 4.0 g/l; dextrose 20.0 g/l; agar 15.0 g/l. aproximadamente 200 g de infusão de batatas. frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	4	257,54	1.030,16
2	405927	Ágar Bile Esculina, meio para o isolamento e identificação presuntiva de enterococos/estreptococos do grupo D. Formula do produto Peptona 8,0g/l; Sais biliares 20,0g/l; Citrato férrico 0,5g/l; Esculina 1,0g/l; Ágar15, 0g/l; pH7,1+ ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9	973,34	8.760,06
3	326291	Ágar Citrato de Simmons, identificação de enterobactérias. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9	340,12	3.061,08
4	326292	Ágar Cled, meio para exame bacteriológico da urina, permite o crescimento de todos os microrganismos potencialmente patogênicos presentes na urina, fornecendo uma boa diferenciação das colônias e característica diagnostica claras. Formula do produto: Peptona 4,0g/l; Extrato de carne (Lab - Lemco) 3,0g/l; Triptona 4,0g/l; Lactose 10,0g/l; L-cistina 0,128g/l; Azul de bromotimol 0,02g/l; Ágar 15,0g/l; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	30	318,94	9.568,20
5	331039	Agar chromagar para candida. frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6	1.614,00	9.684,00
6	326286	Agar Columbia base, frasco de 500 g. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	22	355,92	7.830,24
7	331192	Agar Fenilalanina. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E	Frasco	6	369,72	2.218,32

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
8	326814	Ágar Ferro Lisina, meio diagnóstico para salmonelas, inclusive S. Arizona. Formula do produto: Peptona bacteriológica 5,0g/l; Extrato de levedura 3,0g/l; Glicose 1,0g/l; L-lisina 10,0g/l; Citrato de ferro amoniacal 0,5g/l; Tiosulfato de sódio 0,4g/l; Púrpura de Bromocresol 0,02g/l; Ágar 14,5g/l; pH 6,7 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9	361,08	3.249,72
9	326303	Ágar Ferro Triplice Açúcar, (TSI) identificar bacilos gram negativos a base de dextrose, lactose, e sacarose. Frascos com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	11	306,32	3.369,52
10	329440	Ágar fubá, meio de cultura, tipo, apresentação: pó, Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	1	581,18	581,18
11	326281	Ágar infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	4	279,74	1.118,96
12	326284	Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 100 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	58,00	928,00
13	349943	Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	21	286,83	6.023,43
14	330218	Ágar Manitol, meio seletivo para o isolamento presuntivo de estafilococos patogênicos. A maioria das outras bactérias é inibida, com exceção de algumas poucas espécies halofílicas. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 1,0 g/litro; Peptona 10,0 g/litro; Manitol 10,0 g/litro; Cloreto de sódio 75,0 g/litro; Vermelho de fenol 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,5 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	24	211,44	5.074,56
15	326866	Agar micosel com cloranfenicol e cicloheximida composição mínima: peptona de soja 10,0 g/l ; glicose 10,0 g/l; ágar 15,5 g/l; cloranfenicol 0,05g/l ; cicloheximida 0,4g/l ;água destilada q.s.p. ; ph final 6,9 ±	Frasco	4	1.439,44	5.757,76

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		0,2 .frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
16	326282	Agar Muller-Hinton, frasco de 500 g. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	30	283,65	8.509,50
17	326297	Agar sabouraud dextrose composição mínima: digestão péptica de tecido animal 5.0 g/l; caseína de digestão pancreática 5.0 g/l; dextrose 40.0 g/l; agar 15.0 g/l. frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	212,94	3.407,04
18	326277	Ágar Salmonella-shigella (Ágar SS), meio seletivo diferencial para isolamento de Salmonella e de algumas espécies de Shigella de amostras clínicas, alimentos. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 5,0 g/litro; Peptona 5,0 g/litro; Lactose 10,0 g/litro; Sais biliares 8,5 g/litro; Citrato de sódio 10,0 g/litro; Tiosulfato de sódio 8, 5 g/litro; Citrato de férrico 1,0 g/litro; Verde brilhante 0,00033 g/litro; Vermelho neutro 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	12	288,62	3.463,44
19	354128	Agar SIM, detectar motilidade e reação de indol das enterobactérias, Pancreatic Digest of casein 20g, Peptic digest of animal tissue 6,1g, ferrous ammonium sulfate 0,2g, sodium thiosulfate 0,2g Agar 3,5g. Frasco com 500 gramas.	Frasco	11	534,70	5.881,70
20	326867	Agar ureia de christensen.500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	2	276,58	553,16
21	417419	Agar, czapek, meio de cultura apresentação: pó frasco com 500 gramas EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	1	544,27	544,27
22	408810	Alça bacteriológica, material: níquel cromo, comprimento 10cm. Componentes: sem cabo, calibragem: calibrada, volume: 1 µL. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	20	14,67	293,40
23	408810	Alça calibrada estéril de 10 µL, descartável. Pacote com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	280	19,16	5.364,80
24	408808	Alça de níquel cromo calibrada de 0,01ul, fator de exatidão +/- 20%. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	20	30,31	606,20
25	354198	Anti-soro para Shigella Flexneri. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5	185,86	929,30

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



26	376582	Anti-soro para Shigella Boyddii. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5	151,42	757,10
27	376580	Anti-soro para Shigella dysenteriae. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5	151,50	757,50
28	376578	Anti-soro para Shigella Sonnei. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5	161,65	808,25
29	360459	Anti-soro Polivalente Flagelar para Salmonella. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	3	188,94	566,82
30	360460	Anti-soro Polivalente Somatico para Salmonella. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	3	199,39	598,17
31	331218	Azul de metileno de seguimento Giemsa em pó para microscopia. Frasco com 25 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	71,31	1.140,96
32	331218	Azul de metileno para microscopia. Frasco com 100 gramas. (C16H18C1N3S3H2O) EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	15	62,60	939,00
33	326882	Caldo infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	20	269,76	5.395,20
34	326280	Caldo Malonato, identificação para enterobactérias. Frasco de 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6	1.637,07	9.822,42
35	326308	Caldo Selenito, meio enriquecido para o isolamento de Salmonella de fezes e alimentos. Formula do produto. Pancreatic Digest of casein 5 gr, lactose 4 gr, sodium selenite 4 gr, sodium phosphate 10g,; pH 7,0 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6	423,20	2.539,20
36	408283	Caldo Uréia, preparação do meio de Christensen para a detecção da rápida atividade da urease de proteus e da lenta atividade dessa enzima de algumas Enterobacteriaceae. Formula do produto: Peptona 1,0 g/litro; Glicose 1,0 g/litro; Cloreto de sódio 5,0 g/litro; Fosfato dissódico 1,2 g/litro; Fosfato monopotássico 0,8 g/litro; Vermelho de fenol 0,012 g/litro; pH 6,8 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9	342,72	3.084,48
37	327534	Conjunto para coloração de GRAM - conjunto de corantes	Conjun	54	69,49	3.752,46

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		para coloração diferencial em bacteriologia. Caixa com 04 frascos 500 mL: 1 frasco com 500 mL de Cristal Violeta, 1 frasco com 500 mL de Lugol para Gram, 1 frasco com 500 mL de Descorante para Gram e 1 frasco com 500 mL de Fucsina Fenicada de Gram. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	to			
38	353661	Corante, tipo conjunto coloração ziehl-neelsen, aspecto físico: líquido, composição: álcool-ácido, fucsina fenicada e azul de metileno. 500ml EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	84	51,44	4.320,96
39	339102	Disco p/ Antibiograma Ácido Nalidixico 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17	17,37	295,29
40	396259	Disco p/ Antibiograma Amicacina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	18	18,13	326,34
41	339536	Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 20 mcg + clavulanato 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	15,20	288,80
42	334994	Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	12,33	197,28
43	396261	Disco p/ Antibiograma Ampicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17	15,47	262,99
44	339708	Disco p/ Antibiograma Ampicilina 30 mcg + Sulbactam 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	14,77	280,63
45	339690	Disco p/ Antibiograma Azitromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13	15,50	201,50
46	396256	Disco p/ Antibiograma Aztreonam 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	16,43	312,17
47	342755	Disco p/ Antibiograma Bacitracina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13	20,29	263,77
48	339147	Disco p/ Antibiograma Cefaclor 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E	Frasco	13	12,66	164,58

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
49	334989	Disco p/ Antibiograma Cefalexina 30 mcg, Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	14,19	269,61
50	340892	Disco p/ Antibiograma Cefalotina 30ug. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13	15,11	196,43
51	396258	Disco p/ Antibiograma Cefepime 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	15,28	290,32
52	334972	Disco p/ Antibiograma Cefotaxima 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	16,26	308,94
53	396257	Disco p/ Antibiograma Cefoxitina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	16,25	260,00
54	357311	Disco p/ Antibiograma Ceftadizima 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	17,15	325,85
55	396260	Disco p/ Antibiograma Ceftriaxona 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	13,92	264,48
56	339687	Disco p/ Antibiograma Cefuroxima 30 µg. Frasco com 50 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	16,59	315,21
57	339696	Disco p/ Antibiograma Ciprofloxacina 5 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	16,62	315,78
58	354755	Disco p/ Antibiograma Claritomicina 15 mcg Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	19,28	308,48
59	340890	Disco p/ Antibiograma Clindamicina 02 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16	13,42	214,72
60	329745	Disco p/ Antibiograma Clorafenicol 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13	17,57	228,41
61	340913	Disco p/ Antibiograma Eritromicina 15 mcg. Frasco com	Frasco	16	14,51	232,16

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206

COPIA PARA O LANCEADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
62	340894	Disco p/ Antibiograma Gentamicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	12,23	232,37
63	340895	Disco p/ Antibiograma Imipenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	11,98	227,62
64	339697	Disco p/ Antibiograma Levofloxacino 5 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	14,00	266,00
65	339778	Disco p/ Antibiograma Meropenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	13,87	263,53
66	339114	Disco p/ Antibiograma Nitrofurantoina 300 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17	17,47	296,99
67	339699	Disco p/ Antibiograma Norfloxacin 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	18	16,79	302,22
68	339706	Disco p/ Antibiograma Novobiocina 05 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5	20,73	103,65
69	340898	Disco p/ Antibiograma Optoquina 05 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5	25,06	125,30
70	340902	Disco p/ Antibiograma Oxacilina 1mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17	15,34	260,78
71	357782	Disco p/ Antibiograma Penicilina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17	18,07	307,19
72	464921	Disco p/ Antibiograma Piperacilina 30 mcg + Tazobactam 06 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	15,67	297,73
73	340903	Disco p/ Antibiograma Rifampicina 05mg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	15	13,59	203,85

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



74	351698	Disco p/ Antibiograma Sulfazotrim 25 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19	11,29	214,51
75	304905	Disco p/ Antibiograma Tetraciclina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	1	14,90	14,90
76	339692	Disco p/ Antibiograma Ticarcilina 75 mcg + Ácido Glavulônico 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	7	18,50	129,50
77	340910	Disco p/ Antibiograma Tobramicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13	16,96	220,48
78	340907	Disco p/ Antibiograma Vancomicina 30 mg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	14	15,83	221,62
79	346571	Fita E-Test de Colistina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	200	0,57	114,00
80	359273	Fita E-Test de Polimixina B com gradiente de concentração de 0,064 a 1024 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	200	18,69	3.738,00
81	330853	Fita E-Test de Vancomicina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	200	22,38	4.476,00
82	385371	Frasco para hemocultura pediátrico. Frasco com 9 ml. Caixa com 10 frascos. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	500	77,14	38.570,00
83	461105	KIT Coloração ZIEHL-GABBET Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes para o diagnóstico da hanseníase EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	kit	16	132,67	2.122,72
84	409703	Lâminas 26 x 76 mm de vidro lisa p/microscopia cx. c/ 50 Unid. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	112	5,60	627,20
85	409705	Lâminas 26 x 76 mm, com extremidade fosca lapidada. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E	Caixa	540	12,00	6.480,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
86	409643	Lamínulas para microscópio 22x22mm. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	26	320,40	8.330,40
87	409646	Lamínulas para microscópio 24.0 x 50.0mm. (compatível: 25.0 x 50.0) Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	219	8,20	1.795,80
88	410610	Papel de filtro 10x10cm. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	12	84,19	1.010,28
89	424756	Papel de filtro 18,5cm diâmetro. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	15	173,32	2.599,80
90	423975	PIPETA DE PASTEUR 3 mL, TIPO CONTA GOTAS, DESCARTÁVEL, pacote com 25 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	pacote	430	3,55	1.526,50
91	410061	Placa de petri estéril descartável 150x15 mm, sem divisórias. Pacote com mínimo 5 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	1900	16,19	30.761,00
92	410065	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 90 mm, esterilidade: estéril, tipo uso: descartável pacote com mínimo 10 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	2100	12,84	26.964,00
93	430924	Placa de petri, material: poliestireno cristal, dimensões: cerca de 15 x 60 mm, tipo uso: descartável pacote com no mínimo 10 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	300	33,70	10.110,00
94	409649	Swab de Rayon Estéril para Coleta de Amostras Haste Plástica, ponta 100% rayon, estéril, embalado individualmente, pacote com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	40	30,80	1.232,00
95	396142	Swab, material haste plástica, ponta em algodão hidrófilo, embalagem individual em papel grau cirúrgico, esterilidade: estéril, descartável. Pacote com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	150	45,00	6.750,00
96	352088	Tira para oxidase, para diagnóstico clínico. Frasco com 10 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	120	27,76	3.331,20
VALOR TOTAL						292.641,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206

COPIA PARA: (25) 3611 1700

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/PMBV
Nº ____/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2025

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s)) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 003339/2025 – SMSA**, em consequência do(a) **PREGÃO ELETRÔNICO nº 90052/2025**, para Registro de Preços, homologado(a) em _____ por despacho exarado às fls. _____ do referido Processo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 049/2024, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico** supracitado, os quais integram a presente Ata.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un.	Prazo garantia ou validade

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. (art.101, Decreto Municipal nº 049/2024)

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

3.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Saúde – SMSA

3.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) PARTICIPANTE(S), serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, do (a) **Pregão Eletrônico nº 90052/2025**, os quais integram a presente Ata.

3.3 – É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, nos termos do artigo 82, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e/ou entidades que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a)** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b)** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133/2021; e
- c)** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2 - A utilização de ata de registro de preço por órgão não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, o qual levará em consideração a observância dos limites individual e global previstos no Decreto Municipal nº 049/2024, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

4.2.1 - A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de expressa autorização do fornecedor ou prestador de serviço registrado na qual esteja consignada o compromisso de não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo registrado a despeito da adesão solicitada.

4.3 - As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico instruído em processo administrativo próprio com os seguintes documentos:

- a)** documento que ateste a equivalência do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão não participante, por meio do ETP;
- b)** nota de reserva orçamentária do recurso necessário a fazer face à despesa decorrente da adesão;
- c)** autorização expressa do órgão gerenciador;
- d)** autorização expressa do fornecedor ou prestador de serviço registrado nos moldes previstos no **item 4.2.1**.
- e)** justificativa da vantajosidade de adesão;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



f) demonstrativo da vantajosidade dos preços registrados;

g) justificativa da adesão de item isolado pertencente a um grupo.

4.3.1 - A solicitação de adesão deverá estabelecer de forma clara o quantitativo do objeto que se pretende contratar, com base em técnicas estimativas que considerarão, quando possível, o histórico de consumo e a perspectiva de aumento ou redução da demanda.

4.4 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até **noventa dias**, observado o prazo de vigência da ata.

4.4.1 - O prazo previsto no **item 4.4** poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

4.5 - As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes.

4.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na **totalidade**, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.6.1 - Para aquisição emergencial de medicamentos e de material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**.

4.7 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, hipótese em que não ficará sujeita ao limite de que trata o **item 4.6**, desde que:

a) seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal;

b) seja comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, caso exista saldo a ser contratado na ata, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de preços que leve em consideração os parâmetros fixados no artigo 45, do Decreto Municipal nº 049/2024.

5.2 – Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro de preço observarão os limites previstos no Capítulo V, do Título III, da Lei nº 14.133/2021.

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento hábil para a assunção efetiva do compromisso, será exigida a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos. (artigo 89, do Decreto Municipal nº 049/2024)

5.4 - A contratação com os fornecedores ou prestadores de serviço registrados será formalizada pelo órgão ou entidade demandante, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei 14.133/2021.

5.5 - A não utilização de ata de registro vigente deverá ser devidamente justificada pelo órgão ou entidade demandante ao órgão gerenciador com fundamento na superveniente perda da vantajosidade dos preços registrados ou inadequação do objeto à necessidade administrativa atual.

5.6 - Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços, observando-se o seguinte:

- a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados nos meios eletrônicos oficiais e ficarão disponibilizados durante a vigência da ata de registro de preços;
- b) quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da ata; e
- c) os órgãos não participantes do registro de preços, quando da necessidade de contratação, deverão recorrer ao órgão gerenciador da ata de registro de preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

5.7 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, respeitada a sequência da classificação do certame.

5.8 - O cadastro de reserva poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- a) impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;
- b) descumprimento das condições da ata pelo comprometente;
- c) recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- d) liberação do compromisso por razões admitidas no Decreto Municipal nº 049/2024.

5.9 - A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

5.10- Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do **item 5.6**, a Secretaria Municipal de Licitações e Compras - SMLIC ou entidade da Administração Municipal poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 - As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

6.3 - A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



6.4 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

6.5 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.6 - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos contratantes que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.7 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.8 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, e desde que observados os requisitos :

a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

b) a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.8.1 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.8.2 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

6.8.3 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no **subitem 6.8.2**, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.8.4 - Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, o órgão gerenciador poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.8.5 - Como alternativa à atualização prevista no **subitem 6.8.4**, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

6.8.6 - Liberado o fornecedor na forma do **subitem 6.8.5**, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

6.8.7- Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.8.8- Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços. (artigo 92, inciso XIV, do Decreto Municipal nº 049/2024)

7.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento de que trata a **alínea “a”**.

7.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §2º e §3º, do art. 94, do Decreto Municipal Nº 049/2024;

7.5- para fins do disposto na **alínea “b”**, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6 - caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 - O registro de preços do fornecedor ou prestador do serviço será cancelado quando:

- a) for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado
- d) estiverem presentes razões de interesse público;
- e) restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior;
- f) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do caput, do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 - Na hipótese prevista no inciso IV do caput, da referida Lei, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rn.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



8.1.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no **item 8.1**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

8.1.3 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços do fornecedor ou prestador de serviços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores/prestadores de serviços integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. (artigo 105, §3º c/c art. 106, §3º, todos do Decreto Municipal nº 049/2024)

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade. (art. 92, inciso IX, do Decreto Municipal nº 049/2024)

9.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor. (art. 93, inciso VI, do Decreto Municipal nº 049/2024)

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

10.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2025.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:

2. CIC:

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
 Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BOA VISTA,
POR INTERMÉDIO DO
(A)
E

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **ARTHUR HENRIQUE BRANDÃO MACHADO**, mediante interveniência da (SECRETARIA), representada pelo seu Secretário titular, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20...o Sr. (Nome), (Matrícula Funcional nº), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na*, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nº **003339/2025 – SMSA** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 049, de 24/05/2024 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **90052/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Fundamenta-se a presente contratação nos termos dispostos na Lei Federal 14.133/2021), pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal n.º 10.024/2019, pelo Decreto Municipal nº 049/2024, pela IN SEGES/ME nº 73/2022 e suas alterações. Processo administrativo nº. **003339/ 2025 – SMSA**. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é **até 31 de dezembro** do corrente ano, que o mesmo for assinado, contados a partir de sua assinatura, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133/2021 c/c artigo 109 do Decreto Municipal nº 049/2024;

2.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2.2 A despeito da previsão acima, a autoridade demandante e a gestão contratual deverão diligenciar para que seja formalizado termo aditivo de prorrogação previamente à extinção do prazo contratual conforme parágrafo primeiro e seguintes do artigo 118 do Decreto Municipal nº 049/2024.

3- CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam NO TERMO DE REFERÊNCIA.

4- CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme **item 6.5 e subitens** do termo de referência (ANEXO I deste edital).

5 – CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

5.1. O Pagamento será efetuado pelo Fundo Municipal de Saúde – FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde- SMSA, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, após a liquidação das notas fiscais/fatura, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura/DANFE), devidamente atestada pelo(s) fiscal (is);

5.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação equivalente.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



5.4. Nas hipóteses previstas no **item 5.3**, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante.

5.5. Quaisquer valores devidos pela CONTRATANTE, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $[(\text{Taxa SELIC}/30) \times N] \times \text{VP}$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

5.6 – Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **item 9, subitens do 9.1, 9.2 e alíneas** do Termo de Referência (Anexo I, deste Edital).

6 – CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (ART. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do **orçamento estimado em 28/04/2025**.

6.2. Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, se houver solicitação ou ressalva ao direito de reajuste pelo contratado, até antes da celebração do aditamento de vigência, sendo considerado o silêncio como renúncia ou preclusão lógica.

6.3. Em caso de solicitação de reajuste pelo contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

6.4. Deverão ser excluídos do cálculo do efeito financeiro do reajustamento eventuais parcelas cujo fornecimento se encontrem atrasadas por culpa do contratado;

6.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.6. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

6.7. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

6.8. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por apostilamento, sem obrigatoriedade de remessa dos autos para consulta jurídica à Procuradoria-Geral do Município.

6.11. Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I deste edital)

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



7 – CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

7.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.8. Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.10. A Administração terá o prazo de **1 (UM MÊS)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **1 (UM MÊS)**.

7.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.14 – Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **item 8.2, subitem 8.2.1 e alíneas** do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, Termo de Referência e demais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações e Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



8.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.9. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.10 – Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **item 8.2, subitem 8.2.2 e alíneas** do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

9 - CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

9.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 pelas razões constantes no **item 6.6 e subitens** do Termo de Referência;

10-CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA SERVIÇO (ART. 92, XIII)

10.1 – A validade dos insumos e materiais laboratoriais entregues deverá ser no mínimo 75% da vida útil do produto a contar da data da entrega;

10.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);

10.3 – Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **Termo de Referência (Anexo I deste edital)**

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que praticar quaisquer das ações descritas nos incisos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021:

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações citadas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas II a VII do caput do artigo 155 sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas VIII a XII do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas II a VII, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias corridos;

I. O atraso superior a **60 dias corridos** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

2. Compensatória, de 5% a 10% do valor do Contrato, estabelecida por decisão da autoridade máxima do órgão, nos termos do art. 133, parágrafo segundo do Decreto Municipal nº 049, de 24/05/2024

11.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as outras modalidades de sanções. Além disso, a aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11.6– Deverão ser observadas as demais regras estabelecidas no **item 8.3, subitens e alíneas** do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1. O custo da presente aquisição correrá pela seguinte dotação orçamentária:

Unid. Orçamentária	Programa de trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso
08.04	10.302.0034.2098	3.3.90.30.00	1.600.0000 1.500.1002
08.04	10.302.0034.2098		
08.06	10.305.0036.2107		
08.06	10.305.0036.2107		

tendo sido emitida a Nota de Empenho nº. ___, de ___/___/202x, no valor de R\$ _____ (_____).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo Município de Boa Vista, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 049, de 24/05/2024 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
 Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rn.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria-Geral do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.2. Compete ao gestor do contrato providenciar a publicação do extrato de eventuais termos aditivos nos meios eletrônicos oficiais, bem como o lançamento dos dados respectivos no Portal Nacional de Contratações Públicas (art. 129 do Decreto Municipal nº 049/2024).

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Boa Vista para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO N.º 003339/ 2025 – SMSA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90052/2025

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAIS LABORATORIAIS DE MICROBIOLOGIA PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES

ITEM	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1		Agar batata dextrosado (potato dextrose agar). composição mínima: amido de batata (a partir de infusão) 4.0 g/l; dextrose 20.0 g/l; agar 15.0 g/l. aproximadamente 200 g de infusão de batatas. frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	4		
2		Ágar Bile Esculina, meio para o isolamento e identificação presuntiva de enterococos/estreptococos do grupo D. Formula do produto Peptona 8,0g/l; Sais biliares 20,0g/l; Citrato férrico 0,5g/l; Esculina 1,0g/l; Ágar 15, 0g/l; pH 7,1+ ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9		
3		Ágar Citrato de Simmons, identificação de enterobactérias. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9		
4		Ágar Cled, meio para exame bacteriológico da urina, permite o crescimento de todos os microrganismos potencialmente patogênicos presentes na urina, fornecendo uma boa diferenciação das colônias e característica diagnostica claras. Formula do produto: Peptona 4,0g/l; Extrato de carne (Lab - Lemco) 3,0g/l; Triptona 4,0g/l; Lactose 10,0g/l; L-cistina 0,128g/l; Azul de bromotimol 0,02g/l; Ágar 15,0g/l; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	30		
5		Agar chromagar para candida. frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6		
6		Agar Columbia base, frasco de 500 g.	Unidade	22		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao.nmhv@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
7		Agar Fenilalanina. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6		
8		Ágar Ferro Lisina, meio diagnóstico para salmonelas, inclusive S. Arizona. Formula do produto: Peptona bacteriológica 5,0g/l; Extrato de levedura 3,0g/l; Glicose 1,0g/l; L-lisina 10,0g/l; Citrato de ferro amoniacal 0,5g/l; Tiosulfato de sódio 0,4g/l; Púrpura de Bromocresol 0,02g/l; Ágar 14,5g/l; pH 6,7 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	9		
9		Ágar Ferro Triplice Açúcar, (TSI) identificar bacilos gram negativos a base de dextrose, lactose, e sacarose. Frascos com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	11		
10		Ágar fubá, meio de cultura, tipo, apresentação: pó, Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	1		
11		Ágar infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	4		
12		Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 100 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
13		Ágar Macconkey, meio diferencial para o isolamento de coliformes e patógenos intestinais em água, produtos lácteos e amostras biológicas. Formula do produto: Peptona 20,0 g/l; Lactose 10,0 g/l; Sais biliares 5,0 g/l; Cloreto de sódio 5,0 g/l; Vermelho neutro 0,075 g/l; Ágar 12,0 g/l; pH 7,4 + ou - 0,2. Frasco 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	21		
14		Ágar Manitol, meio seletivo para o isolamento presuntivo de estafilococos patogênicos. A maioria das outras bactérias é inibida, com exceção de algumas poucas espécies halofílicas. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 1,0 g/litro; Peptona 10,0 g/litro; Manitol 10,0 g/litro; Cloreto de sódio 75,0 g/litro; Vermelho de fenol 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,5 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas.	Frasco	24		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: procad@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
15		Agar micosel com cloranfenicol e cicloheximida composição mínima: peptona de soja 10,0 g/l ; glicose 10,0 g/l; ágar 15,5 g/l; cloranfenicol 0,05g/l ; cicloheximida 0,4g/l ;água destilada q.s.p. ; ph final 6,9 ± 0,2 .frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	4		
16		Agar Muller-Hinton, frasco de 500 g. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	30		
17		Agar sabouraud dextrose composição mínima: digestão péptica de tecido animal 5.0 g/l; caseína de digestão pancreática 5.0 g/l; dextrose 40.0 g/l; agar 15.0 g/l. frasco com 500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
18		Ágar Salmonella-shigella (Ágar SS), meio seletivo diferencial para isolamento de Salmonella e de algumas espécies de Shigella de amostras clínicas, alimentos. Formula do produto: Extrato de carne (Lab-Lemco) 5,0 g/litro; Peptona 5,0 g/litro; Lactose 10,0 g/litro; Sais biliares 8,5 g/litro; Citrato de sódio 10,0 g/litro; Tiosulfato de sódio 8, 5 g/litro; Citrato de férrico 1,0 g/litro; Verde brilhante 0,00033 g/litro; Vermelho neutro 0,025 g/litro; Ágar 15,0 g/litro; pH 7,3 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	12		
19		Agar SIM, detectar motilidade e reação de indol das enterobactérias, Pancreatic Digest of casein 20g, Peptic digest of animal tissue 6,1g, ferrous ammonium sulfate 0,2g, sodium thiosulfate 0,2g Agar 3,5g. Frasco com 500 gramas.	Frasco	11		
20		Agar ureia de christensen.500g EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	2		
21		Agar, czapek, meio de cultura apresentação: pó frasco com 500 gramas EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	1		
22		Alça bacteriológica, material: níquel cromo, comprimento 10cm. Componentes: sem cabo, calibragem: calibrada, volume: 1 µL. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	20		
23		Alça calibrada estéril de 10 µL, descartavel. Pacote com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	280		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao_nmhu@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rn.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



24	Alça de níquel cromo calibrada de 0,01ul, fator de exatidão +/- 20%. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	20		
25	Anti-soro para Shigella Flexneri. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5		
26	Anti-soro para Shigella Boydii. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5		
27	Anti-soro para Shigella dysenteriae. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5		
28	Anti-soro para Shigella Sonnei. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5		
29	Anti-soro Polivalente Flagelar para Salmonella. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	3		
30	Anti-soro Polivalente Somático para Salmonella. Frasco com 3ml. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	3		
31	Azul de metileno de seguimento Giemsa em pó para microscopia. Frasco com 25 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
32	Azul de metileno para microscopia. Frasco com 100 gramas. (C16H18C1N3S3H2O) EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	15		
33	Caldo infuso de cérebro e coração (bhi), apresentação: pó frasco com 500 gramas EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	20		
34	Caldo Malonato, identificação para enterobactérias. Frasco de 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6		
35	Caldo Selenito, meio enriquecido para o isolamento de Salmonella de fezes e alimentos. Formula do produto. Pancreatic Digest of casein 5 gr, lactose 4 gr, sodium selenite 4 gr, sodium phosphate 10g,; pH 7,0 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	6		
36	Caldo Uréia, preparação do meio de Christensen para a detecção da rápida atividade da urease de proteus e da lenta atividade dessa enzima de algumas Enterobacteriaceae. Formula do produto:	Frasco	9		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao@pmhv.org.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		Peptona 1,0 g/litro; Glicose 1,0 g/litro; Cloreto de sódio 5,0 g/litro; Fosfato dissódico 1,2 g/litro; Fosfato monopotássico 0,8 g/litro; Vermelho de fenol 0,012 g/litro; pH 6,8 + ou - 0,2. Frasco com 500 gramas. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
37		Conjunto para coloração de GRAM - conjunto de corantes para coloração diferencial em bacteriologia. Caixa com 04 frascos 500 mL: 1 frasco com 500 mL de Cristal Violeta, 1 frasco com 500 mL de Lugol para Gram, 1 frasco com 500 mL de Descorante para Gram e 1 frasco com 500 mL de Fucsina Fenicada de Gram. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Conjunto	54		
38		Corante, tipo conjunto coloração ziehl-neelsen, aspecto físico: líquido, composição: álcool-ácido, fucsina fenicada e azul de metileno. 500ml EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	84		
39		Disco p/ Antibiograma Ácido Nalidixico 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17		
40		Disco p/ Antibiograma Amicacina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	18		
41		Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 20 mcg + clavulanato 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
42		Disco p/ Antibiograma Amoxicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
43		Disco p/ Antibiograma Ampicilina 10mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17		
44		Disco p/ Antibiograma Ampicilina 30 mcg + Sulbactam 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
45		Disco p/ Antibiograma Azitromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13		
46		Disco p/ Antibiograma Aztreonam 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: procad@pmhv.org.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



47		Disco p/ Antibiograma Bacitracina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13		
48		Disco p/ Antibiograma Cefaclor 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13		
49		Disco p/ Antibiograma Cefalexina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
50		Disco p/ Antibiograma Cefalotina 30ug. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13		
51		Disco p/ Antibiograma Cefepime 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
52		Disco p/ Antibiograma Cefotaxima 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
53		Disco p/ Antibiograma Cefoxitina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
54		Disco p/ Antibiograma Ceftadizima 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
55		Disco p/ Antibiograma Ceftriaxona 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
56		Disco p/ Antibiograma Cefuroxima 30 µg. Frasco com 50 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
57		Disco p/ Antibiograma Ciprofloxacina 5 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
58		Disco p/ Antibiograma Claritomicina 15 mcg Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
59		Disco p/ Antibiograma Clindamicina 02 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
60		Disco p/ Antibiograma Clorafenicol 30 mcg. Frasco com 50 unidades.	Frasco	13		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao_nmhu@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



		EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP				
61		Disco p/ Antibiograma Eritromicina 15 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	16		
62		Disco p/ Antibiograma Gentamicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
63		Disco p/ Antibiograma Imipenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
64		Disco p/ Antibiograma Levofloxacino 5 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
65		Disco p/ Antibiograma Meropenem 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
66		Disco p/ Antibiograma Nitrofurantoina 300 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17		
67		Disco p/ Antibiograma Norfloxacin 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	18		
68		Disco p/ Antibiograma Novobiocina 05 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5		
69		Disco p/ Antibiograma Optoquina 05 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	5		
70		Disco p/ Antibiograma Oxacilina 1mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17		
71		Disco p/ Antibiograma Penicilina 10 mcg. Frasco com 50 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	17		
72		Disco p/ Antibiograma Piperacilina 30 mcg + Tazobactam 06 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
73		Disco p/ Antibiograma Rifampicina 05mg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	15		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao@pmhv.prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



74		Disco p/ Antibiograma Sulfazotrim 25 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	19		
75		Disco p/ Antibiograma Tetraciclina 30 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	1		
76		Disco p/ Antibiograma Ticarcilina 75 mcg + Ácido Glavulônico 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	7		
77		Disco p/ Antibiograma Tobramicina 10 mcg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	13		
78		Disco p/ Antibiograma Vancomicina 30 mg. Frasco com 50 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	14		
79		Fita E-Test de Colistina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	200		
80		Fita E-Test de Polimixina B com gradiente de concentração de 0,064 a 1024 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	200		
81		Fita E-Test de Vancomicina com gradiente de concentração de 0,016 a 256 mcg/mL para determinação de concentração inibitória mínima. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Unidade	200		
82		Frasco para hemocultura pediátrico. Frasco com 9 ml. Caixa com 10 frascos. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	500		
83		KIT Coloração ZIEHL-GABBET Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes para o diagnóstico da hanseníase EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	kit	16		
84		Lâminas 26 x 76 mm de vidro lisa p/microscopia cx. c/ 50 Unid. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	112		
85		Lâminas 26 x 76 mm, com extremidade fosca lapidada. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	540		

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: pregao@pmhv.org.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



86	Lamínulas para microscópio 22x22mm. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	26		
87	Lamínulas para microscópio 24.0 x 50.0mm. (compatível: 25.0 x 50.0) Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	219		
88	Papel de filtro 10x10cm. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	12		
89	Papel de filtro 18,5cm diâmetro. Caixa com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Caixa	15		
90	PIPETA DE PASTEUR 3 mL, TIPO CONTA GOTAS, DESCARTÁVEL, pacote com 25 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	pacote	430		
91	Placa de petri esteril descartável 150x15 mm, sem divisórias. Pacote com mínimo 5 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	1900		
92	Placa de petri, material: plástico, formato: redonda, dimensões: cerca de 15 x 90 mm, esterilidade: esteril, tipo uso: descartável pacote com mínimo 10 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	2100		
93	Placa de petri, material: poliestireno cristal, dimensões: cerca de 15 x 60 mm, tipo uso: descartável pacote com no minimo 10 unidades EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	300		
94	Swab de Rayon Esteril para Coleta de Amostras Haste Plástica, ponta 100% rayon, esteril, embalado individualmente, pacote com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	40		
95	Swab, material haste plástica, ponta em algodão hidrófilo, embalagem individual em papel grau cirúrgico, esterilidade: esteril, descartável. Pacote com 100 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Pacote	150		
96	Tira para oxidase, para diagnóstico clínico. Frasco com 10 unidades. EXCLUSIDADE À MICROEMPRESAS - ME E EMPRESA DE PEQUENO - EPP	Frasco	120		
VALOR TOTAL					

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: procad@pmhv.org.br / procad@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC
UASG: 980301



Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo para o Fornecimento :	
Banco :	Agência: C/C:
Boa Vista-RR, / / 2025	Ass. e Carimbo do Proponente :

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SMLIC

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco

e-mail: procedimentos@prefeitura.boavista.br - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

CONTATO: (95) 3621-1756

Documento assinado eletronicamente por EDIMIR ALVARES RIBEIRO NETO em 27/05/2025 às 14:46

Documento assinado eletronicamente por JOSE CARLOS BASTOS PEREIRA FILHO em 27/05/2025 às 14:38

Conforme decreto municipal nº 114/E de 02 de agosto de 2018 e decreto federal nº 8539, art. 7 de 08 de outubro de 2015

Verifique a autenticidade deste documento em <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> informando o código: 1182AB206

